

Universidade de Brasília
FACE – Faculdade de Administração e Economia
Departamento de Economia
Dissertação para Mestrado em Economia

**Mudando o Curso? Reversão de Políticas nas
Eleições de 2002**

Bernardo Mueller – Departamento de Economia – UnB (Orientação)
Roberto Ellery – Departamento de Economia – UnB (Banca)
Mathieu Turgeon – Instituto de Ciência Política – UnB (Banca)

Andrea Felipe Cabello
Brasília, março de 2010.

Sumário:

1	Introdução:	4
2	Mandatos, Representação e Campanhas Políticas:	7
2.1	Modelos espaciais:	8
2.2	Modelos de Rent-seeking:	9
3	Modelando o Voto:	11
3.1	Escolha Pública:	11
3.2	A Democracia Direta:	12
3.3	A Democracia Representativa:	14
3.3.1	Além da Motivação do Cargo:	17
4	A Perspectiva da Literatura sobre Eleições Presidenciais no Brasil:	30
5	O Contexto das Eleições de 2002:	33
6	Lula e o PT nas eleições de 2002:	35
7	Metodologia e Resultados:	40
7.1	Contexto das Reformas:	49
7.2	A Política da Reforma:	51
8	Conclusões:	61
9	Referências:	62
10	Outras Fontes:	66
11	Anexos:	67
11.1	Descrição do Banco de Dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB):	67
11.2	Descrição das recodificações de variáveis para as regressões:	70
11.3	Tabelas:	70
11.4	Gráficos:	72
11.5	Questionários ESEB 2002 e ESEB 2006	73

Lista de Gráficos e Tabelas:

Gráficos:

Gráfico 1: Intenção de Voto ao longo do período eleitoral	40
Gráfico 2: Comportamento da Taxa de Câmbio e do Risco País durante o período eleitoral e primeiro ano de Governo Lula.....	41
Gráfico 3: Distribuição dos partidos segundo posicionamento atribuído por respondentes do ESEB no continuum esquerda – direita	45
Gráfico 4: Distribuição dos partidos segundo posicionamento atribuído por respondentes do ESEB no continuum direita – esquerda	46
Gráfico 5: Comparação entre as médias de posicionamento esquerda – direita e direita – esquerda	72

Tabelas:

Tabela 1: Matriz de Correlações entre partidos de acordo com o posicionamento esquerda – direita.....	46
Tabela 2: Matriz de Correlações entre partidos de acordo com o posicionamento direita – esquerda.....	47
Tabela 3: Regressão OLS com termos iterativos para os anos de 2002 e 2006	56
Tabela 4: Regressão OLS com termos iterativos para os anos de 2002 e 2006 (considerando aprovação).....	58
Tabela 5: Teste T de igualdade de médias das amostras relativas ao posicionamento esquerda – direita (PARTIDO1) e direita – esquerda (PARTIDO2) e Teste F de igualdade de variâncias das amostras relativas ao posicionamento esquerda – direita e direita – esquerda.....	70

“Seria risível imaginar Lula mudando para uma postura de campanha de neoliberalismo. Seu comprometimento ideológico com a redistribuição e com proteções estatais era compartilhado por seus eleitores trabalhistas e outros aliados: uma mudança drástica programática teria diminuído seu apoio. Mesmo que Lula tivesse tentando tal feito, é duvidoso que ele tivesse sido levado a sério.” (Stokes, 2001a, p.31) A eleição de 2002, nosso objeto de estudo, conta outra história.

1 INTRODUÇÃO:

A eleição de 2002 foi festejada por ter sido a primeira eleição desde a redemocratização em que um candidato *verdadeiramente* de esquerda venceu. No entanto, ao olhar para seu primeiro e segundo mandato (vencido com folga em 2006), dúvidas se originam sobre a pertinência do advérbio “verdadeiramente” na frase anterior. No plano econômico – como será visto adiante, um dos temas historicamente mais importantes em eleições brasileiras e priorizados pela literatura internacional -, é discutível que as políticas implementadas por Lula tenham se distanciado tanto das de seu antecessor – Fernando Henrique Cardoso (ou de seu oponente na campanha – José Serra) para que a vitória Lula tenha sido festejada como uma vitória da esquerda da maneira que foi.

Não se discute, é verdade, a ênfase dada por Lula a temas queridos à esquerda, principalmente no tocante à política social que, por mais que tenha sido uma continuação de uma tendência já em andamento no governo Fernando Henrique Cardoso, ela tomou proporções não imaginadas durante o governo Lula (Haggard e Kaufman, 2008)¹.

Tal fato, no entanto, está fora do escopo desse estudo. O objetivo desse estudo é analisar o posicionamento de Lula, em relações a questões econômicas, na campanha de 2002: em que medida ele se apresentou como um candidato de esquerda? Ele foi transparente acerca do que ele implementaria uma vez eleito? Dado sua reputação, construída em eleições anteriores, com programas diferentes do apresentado em 2002, suas novas propostas se caracterizavam por um compromisso crível?

¹ A grande inovação em termos de política social se deu pela importância conferida a políticas focalizadas de transferência de renda – algo já presente com o Bolsa Escola, Auxílio Gás e outras iniciativas durante o governo Fernando Henrique Cardoso, mas que, unificados sobre o nome de Bolsa Família, passaram a utilizar recursos anuais da ordem de 8 bilhões de reais e atingir mais de 10 milhões de famílias (Haggard e Kaufman, 2008).

Reformulando essa última pergunta: as pessoas estavam votando no Lula de 1989, 1994 e 1998 ou em um novo Lula que nasceu das cinzas dessas três derrotas eleitorais? O que foi mais importante: a reputação ou promessas de campanha? Deve-se lembrar que a eleição de 2002 se caracterizou por um período conturbado em termos econômicos exatamente pela ascensão eleitoral de Lula.

As perguntas teóricas por trás desses questionamentos estão relacionadas, de um lado, com a literatura referente a modelos espaciais que invocam ao teorema do eleitor mediano e quais são as políticas escolhidas em equilíbrio e a literatura que estuda mudanças de políticas, ou seja, quebra de promessas ou de reputações.

Nesse contexto, as perguntas a serem feitas aqui são: em que medida o “Lula candidato” (conforme apresentado aos eleitores em 2002) se assemelha ao “Lula presidente” (após um mandato no cargo) aos olhos do eleitor? Como isso altera a opinião dos eleitores acerca de Lula? Os eleitores de fato sabiam em que candidato estavam votando em 2002?

A relevância dessas questões está relacionada com o fato de que a democracia se assenta na visão de representatividade e que essa relação de representatividade é rompida uma vez que há o que se chama de quebra de mandato – o político coloca em prática políticas diversas daquelas que defendeu no período pré-eleitoral e, portanto, diferentes daquelas para as quais foi eleito. Se esse foi o caso de Lula em 2002, os eleitores teriam elegido o Lula que defendia as mesmas políticas das eleições de 1989, 1994 e 1998 e o Lula que governou pôs em prática políticas diferentes dessas, havendo, portanto, uma quebra de representatividade. Se esse não foi o caso, tal quebra não existiu, uma vez que o mandato entregue a Lula em 2002 seria para as políticas que ele de fato implementou, garantindo o funcionamento da democracia representativa.

O trabalho busca elucidar essas questões. Antes de se esclarecer como se busca fazer isso, contextualizar-se-á a literatura relevante ao assunto. O trabalho está dividido da seguinte forma: a seção 2 trata da literatura acerca de mandatos e representatividade – o objetivo é esboçar a discussão acerca da importância para a democracia de se seguir promessas de campanha; a seção 3 trata de modelos espaciais de eleição – seu objetivo é mostrar quais são os resultados esperados de acordo com a

literatura, sendo escrita por ordem de complexidade até abordar os principais modelos considerados no trabalho, o de Alesina e Cukierman (1990) e o de Cukierman e Tommasi (1998); a seção 4 trata da literatura sobre voto no Brasil – sua perspectiva é mais empírica e busca estabelecer fatos estilizados sobre eleições presidenciais no Brasil; a seção 5 trata do contexto específico das eleições presidenciais de 2002, foco do trabalho; a seção 6 considera a trajetória de Lula e do PT que culminaram com a campanha realizada em 2002; a seção 7 trata da metodologia e dos resultados, enquanto a seção 8 traz as conclusões do trabalho.

2 MANDATOS, REPRESENTAÇÃO E CAMPANHAS POLÍTICAS:

Segundo Stokes (2001a), campanhas “mostram candidatos modificando posições em resposta a resultados de pesquisas ou se atendo a políticas não populares e tentando convencer eleitores de que suas visões estão certas; elas mostram alguns políticos como pragmáticos e outros guiados por convicções; e dão todo o tipo de dicas sobre o controle de partidos sobre políticos, a dinâmica interna de partidos, o tipo de eleitor que os políticos cortejam e a competência geral daqueles que concorrem a cargos.” (p. 17) Logo, ao fornecer informações, campanhas permitem decisões melhores.

Segundo ela, promessas de campanhas têm bom poder preditivo sobre as políticas que serão aplicadas pelos candidatos uma vez eleitos – mas nem sempre isso acontece. Na América Latina, quando isso não ocorre, geralmente se trata de promessas de “políticas de segurança” não cumpridas em favor de “políticas de eficiência” implementadas². No Brasil, como será discutido mais a frente, essa quebra de promessas não teria ocorrido no período analisado por ela (que abrangia as eleições de José Sarney, Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso).

O não cumprimento de promessas de campanhas tem conseqüências sérias para a definição do que seria democracia. Tal fato levou ao questionamento da pertinência do termo democracia em relação aos regimes latino-americanos, uma vez que tais regimes difeririam das democracias representativas do mundo avançado. O'Donnell (1994) chamou tais regimes de democracias delegativas – nas representativas, políticos representam os cidadãos, enquanto nas delegativas eles agem como querem, de modo que não há nada que force os políticos a serem restringidos por expectativas dos eleitores. Domínguez (1998) acredita que a possibilidade de *accountability* diminui o problema de promessas não cumpridas – “democracy is self-correcting” (apud Stokes, 2001a, p.5)³

² Políticas de segurança seriam aquelas referentes à intervenção estatal, enquanto políticas de eficiência àquelas que são orientadas pelo mercado, também conhecidas, na América Latina, pelo termo neo-liberal.

³ Para uma boa discussão sobre representação e democracia, ver Przeworski et al (2006).

Stokes (2001a) menciona dois possíveis tipos de modelo de competição política: modelos espaciais e de *rent-seeking*⁴. Nos primeiros, candidatos que buscam reeleição deveriam implementar políticas populares – de modo que eles tem incentivo a seguir promessas de campanha, o que não ocorre nos de *rent-seeking* – uma vez que, nesses modelos, promessas só seriam seguidas se isso maximizasse a extração de rendas pelo político.

2.1 Modelos espaciais:

Políticos querem se eleger e o eleitor quer que o governo aja em seu interesse. O eleitor ouve aos pronunciamentos de campanha e vota no candidato cujas posições são as mais próximas das suas. O partido cuja posição é mais próxima da preferida pela maioria dos eleitores vence. Considerando uma eleição no tempo t , em que partidos A e B competem. Se os pronunciamentos de campanha do partido A são mais próximos das preferências da maioria do eleitorado, logo A vence. Como ele deseja ser reeleito em $t+1$, ele segue seus pronunciamentos de campanha, pois essa é a maneira mais segura de se obter a reeleição, já que são as políticas mais populares⁵.

Mesmo se eleitores votarem avaliando o desempenho da situação – e fazem isso antes de ouvir as propostas da oposição – Downs (1957) - o nome associado ao modelo - diz que propostas de campanhas de ambos candidatos terão poder preditivo e portanto serão críveis aos eleitores. Downs chamou a realização de mandatos de *reliability* – algo que seria desejável, pois caso contrário só o voto retrospectivo seria possível e nem sempre se tem uma experiência da oposição no poder com base na qual pode se fazer comparações de desempenho. Para Downs, eleitores preferem partidos com *reliability*, pois seriam mais previsíveis (Stokes, 2001a).

Além da implicação de *reliability*, modelos espaciais também têm *responsiveness* – ou seja, a tendência do governo perseguir políticas preferidas pela maioria dos eleitores. Logo, para modelos espaciais, governos que ignoram seus

⁴ Nesse trabalho, não será dada muita atenção a modelos de *rent-seeking* pois se parte de uma hipótese inicial de que a motivação de Lula não era a extração de rendas – pois caso fosse, esperaria-se que ele tivesse dado maior valor a estar no cargo e mudado de postura em campanhas anteriores já que, como Carreirão (2004) observa, o radicalismo de Lula, conforme percebido pelo eleitorado, era um dos principais determinantes de sua rejeição frente a esse – diminuir esse radicalismo foi exatamente o que ele implementou em 2002. Se ele tivesse colocado um peso maior à ser eleito que a suas posições para poder extrair rendas, como assumem os modelos de *rent-seeking*, a moderação de Lula e do PT deveria ter ocorrido antes.

⁵ Tais modelos serão discutidos de maneira mais aprofundada na seção seguinte.

mandatos apresentam-se como um puzzle. Para o caso tratado aqui, a questão se torna mais complexa e se divide em duas partes: o mandato de Lula era para que tipo de política econômica – e, dependendo dessa resposta, ele o violou?

2.2 Modelos de *Rent-seeking*:

Modelos de *rent seeking* são capazes de prever mudança de política, mas a associam com falha de representação. Teóricos da democracia que consideram motivos de *rent-seeking* tendem a ver promessas de campanha como não críveis. Para serem eleitos, candidatos se pronunciarão perto de políticas populares e para extrair rendas, o governo poderia mudar para políticas não populares – mas isso minaria sua credibilidade no futuro. Existiria, portanto, uma restrição para extração de rendas – o desejo de reeleição. Logo, a escolha de políticas (populares ou não) se dá comparando benefícios de extração de renda com os custos que essa extração provoca sobre a perspectiva de reeleição.

Quando, em uma eleição, há políticos de diferentes tipos – por exemplo, alguns são do tipo downsiano e outros buscam rendas, os eleitores não têm como saber quem está falando a verdade e quem não está e isso pode levá-los a fazer escolhas ruins. No entanto, se há motivos para que os eleitores achem que as promessas de campanhas serão seguidas, eles têm incentivos para ouvi-las, mesmo que ocasionalmente elas possam não ser cumpridas. No Brasil, segundo Stokes (2001a) – em análise das primeiras eleições a partir da redemocratização -, promessas de campanha – que eram de políticas eficientes – foram cumpridas, não havendo mudanças de políticas.

Responsiveness nem sempre caminha lado a lado com a representatividade, pois políticos que violam mandatos são *unresponsive*, mas eles podem fazer isso por acreditarem que isso é o melhor para todos – ou seja, eles violam mandatos – são *unresponsive* – para poderem ser representativos. Isso é pertinente quando o estado de natureza muda, por exemplo, e isso nem sempre é claro para os eleitores, devido assimetrias de informação. Logo, a idéia de O'Donnell (1994) de que violadores de mandatos não são representativos é falaciosa.

Stokes (2001a) observa a existência de uma vasta literatura que argumenta que crises tornam políticas impopulares politicamente plausíveis. No caso latino-americano, isso significaria que crises criariam incentivos para se eleger candidatos com

propostas que visam à eficiência. Dados analisados por Stokes (2001a), no entanto, refinam esse argumento ao apontar que crises caracterizadas por inflação alta ajudam candidatos com políticas eficientes e crises caracterizadas por baixo crescimento ajudam candidatos com políticas de segurança⁶. Um exemplo disso seria a eleição de 1989 – as taxas de crescimento eram razoáveis, mas a inflação era muito alta. Collor era o candidato eficiente e Lula o de segurança – Collor venceu. Sobre isso, Stokes (2001a) fez a afirmativa já exposta no início do trabalho e reproduzida aqui: “seria risível imaginar Lula mudando para uma postura de campanha de neoliberalismo. Seu comprometimento ideológico com a redistribuição e com proteções estatais era compartilhado por seus eleitores trabalhistas e outros aliados: uma mudança drástica programática teria diminuído seu apoio. Mesmo que Lula tivesse tentando tal feito, é duvidoso que ele tivesse sido levado a sério.” (p.31)

⁶ Além disso, pode-se argumentar que, desde a década de 1990, as preferências macroeconômicas da política econômica brasileira priorizam inflação mais baixa a crescimento mais alto, de modo que o temor de um aumento de inflação, devido ao histórico inflacionário brasileiro, favorece políticas de eficiência em detrimento das políticas de segurança. No entanto, como qualquer outra política em uma democracia, isso deve ser legitimado nas urnas – e em parte, essa é a questão investigada aqui: em 2002, houve uma legitimação desse histórico de política econômica ou foi um pedido para reversão não atendido?

3 MODELANDO O VOTO:

Parte do objetivo da presente discussão será analisar como a situação tratada – ou seja, a reversão em relação a políticas historicamente propostas por Lula durante as eleições presidenciais de 2002 – poderia ser vista frente a literatura, ou seja, averiguar qual a capacidade dos modelos relevantes de prever ou explicar o puzzle apresentado por tal situação.

Para isso, antes de mais nada, é necessário contextualizar tais modelos dentro da literatura e justificar sua relevância para a presente discussão. Tendo isso em mente, essa seção busca, com grau crescente de complexidade, expor como o processo eleitoral é visto pela literatura de escolha pública até chegar aos modelos que são relevantes ao caso. Partir-se-á do caso da democracia direta, em direção à representativa, supondo que a única motivação de candidatos é ser eleito, até modelos que considerem outras motivações, como preocupação com que tipo de políticas são de fato implementadas.

3.1 Escolha Pública:

O processo de escolha pública é bem diferente da escolha do indivíduo. Um membro do Congresso, ao decidir como votar em uma política deve considerar o que ele julga ser a visão de seus constituintes e, já que essas tendem a ser divergentes, como associar pesos às diferentes visões. Tal tarefa não é fácil devido, entre outras coisas, ao problema da revelação de preferências, uma vez que não há incentivos claros para que eleitores afirmem suas preferências de forma verdadeira⁷.

Entretanto, a representação das escolhas e preferências do eleitorado não é o único problema enfrentado para decisão de políticas públicas. Sob que arranjo institucional essas escolhas são feitas também influi no resultado: se a regra é de maioria simples, dois turnos, etc.,- isso também influenciará a escolha coletiva. Se a regra é de maioria simples, seria necessário que a alternativa escolhida obtivesse maioria em uma eleição contra qualquer outra das alternativas. Entretanto, Condorcet percebeu que não necessariamente esse equilíbrio – um vencedor contra todas

⁷ Se o indivíduo não tiver que pagar por um bem público, por exemplo, quando perguntado se ele é a favor de uma provisão maior desse bem, ele dirá que sim, pois não terá que arcar com eles. Se ele tiver que contribuir, ele possivelmente dirá que prefere menos desse bem do que de fato prefere se sua resposta tiver um efeito negligenciável na quantidade ofertada, possibilitando que ele se torne um “carona”.

alternativas – existe. Há, por exemplo, a possibilidade do paradoxo do voto cíclico⁸ ou, então, a possibilidade dos eleitores votarem estrategicamente. Tal resultado ficou conhecido na literatura como o paradoxo de Condorcet.

Idealmente, um mecanismo político deveria ter quatro características: transitividade, representar uma escolha não ditatorial, independência das escolhas irrelevantes e domínio irrestrito. Entretanto, o teorema de impossibilidade de Arrow afirma que não há nenhuma regra que satisfaça essas quatro características. Apesar disso, a propriedade de preferências de pico único⁹ seria suficiente para assegurar a existência de um equilíbrio de maioria. Não obstante, para se ter esse tipo de propriedade é preciso restringir-se a uma dimensão de questão somente, como será visto adiante. Quando temos preferências de pico único, o resultado da regra de maioria corresponderá às preferências do eleitor mediano.

Para se ter uma idéia melhor de como se escolhe políticas no processo decisório em uma sociedade, é interessante analisar o teorema do eleitor mediano e a democracia direta. O teorema do eleitor mediano é tido como o modelo mais simples de decisão majoritária; já democracia direta, apesar de impraticável, é útil analiticamente, pois todas as outras situações podem ser comparadas a ela.

3.2 A Democracia Direta:

A forma “fraca” do teorema do eleitor mediano diz que o eleitor mediano sempre vota na opção escolhida, enquanto a forma “forte” diz que o eleitor mediano sempre obterá sua opção preferida – tem-se que o ponto ideal do eleitor mediano sempre será um vencedor de Condorcet, de modo que, uma vez obtido o resultado preferível ao eleitor mediano, nenhuma outra opção poderá derrotá-lo em comparações duas a duas (Congleton, 2004).

Em um modelo padrão de democracia direta¹⁰, inicialmente supõe-se que a sociedade deve escolher uma política **p** dentre possíveis alternativas, e que essa política pode ser qualquer número entre p_{\min} e p_{\max} ; além disso, a utilidade do indivíduo é dada por $u_i(p)$ e supõe-se que cada indivíduo tem uma única preferência entre as alternativas

⁸ A vence B, B vence C, mas C vence A. A escolha nesse caso depende da ordem em que se votam as alternativas. Ou seja, não há transitividade nas preferências agregadas.

⁹ Para se ter preferências de pico único, a função utilidade deve ser côncava – um indivíduo não pode preferir os extremos à situação intermediária (que seria o caso de uma função convexa, em que a utilidade mínima é dada pela situação de gastos intermediária, por exemplo).

¹⁰ Ver Grossman e Helpman (2001:42).

e que seu bem estar aumenta monotonicamente quando se aproxima do seu ideal (vale, portanto, a propriedade de pico único – $u'_i(p) > 0$ para todo $p < \pi_i$ e $u'_i(p) < 0$ para todo $p > \pi_i$, onde π_i denota o único favorito em termos de política do indivíduo i).

É interessante aqui definir voto estratégico. Os eleitores estão votando estrategicamente quando consideram o que os outros devem fazer quando decidem em quem votar. Em outras palavras, esse eleitor vota para maximizar sua utilidade esperada, dada suas suposições sobre o comportamento dos outros. Se todos os eleitores votarem estrategicamente e as expectativas de cada um sobre os outros se concretizarem, então o resultado é um equilíbrio de Nash.

Sendo N eleitores ordenados por política, então existe uma única proposta de política que pode vencer todas as alternativas em comparações dois a dois. Essa é a política preferida pelo eleitor com índice $m = (N + 1)/2$, ou seja, o eleitor mediano. Uma política que é preferida pela maioria dos cidadãos em comparação com cada alternativa possível é conhecida como um vencedor em um equilíbrio de Condorcet. No entanto, nem todos os procedimentos de voto produzem a política preferida pelo eleitor mediano como único resultado de equilíbrio. Com voto estratégico e regra de maioria simples, a política preferida pelo eleitor mediano pode sempre emergir como equilíbrio, no entanto, qualquer alternativa poderá vencer se for votada contra a alternativa certa¹¹. Ou seja, uma teoria de voto estratégico tem pouco poder preditivo quando a democracia direta opera sem uma determinação prévia de agenda e com regra de maioria simples – tudo depende das expectativas dos eleitores em relação ao comportamento dos outros (em contraste com o caso de voto sincero, em que se cada eleitor vota em seu preferido sem considerar o voto alheio, o resultado seria a política favorecida pelo eleitor mediano).

Observa-se também que na ausência de preferências de pico único, pode ocorrer a inexistência de um equilíbrio de Condorcet, de modo que em tais situações, a ordem em que as opções são introduzidas se torna importante, como dito anteriormente.

Já quando se considera diversas dimensões de políticas (situação que se aproxima mais da realidade), encontram-se problemas para determinar quem seria o eleitor mediano, pela dificuldade de obtenção da propriedade de preferências de pico único. Mesmo quando se sabe quem é o eleitor mediano, não se garante que o seu candidato preferido derrotará todas as alternativas.

¹¹ Shepsle e Weingast (1981) argumentam que surgirão instituições para restringir o número de propostas que podem ser introduzidas para desafiar o status quo – “structure-induced equilibrium”.

O teorema do eleitor mediano não faz referencia a nenhum procedimento em especial para escolha de políticas nem diz que o ideal do eleitor mediano será o equilíbrio de um jogo bem especificado. Se o eleitor mediano pode ser identificado e uma política preferida relacionada a ele, então muitas vezes essa política emerge como um possível equilíbrio, dado um procedimento para propostas e uma seqüência de votos. Mas somente em casos especiais tal equilíbrio será único. Comportamento estratégico da parte do determinador da agenda ou do eleitor pode gerar resultados que desviem do ideal do eleitor mediano.

3.3 A Democracia Representativa:

A democracia representativa, em contraste com a democracia direta, é mais próxima da realidade. Aqui, também, pode-se considerar uma expansão do teorema do eleitor mediano. Consideram-se, aqui, modelos espaciais de voto, em que o candidato mais próximo ao eleitor mediano vence, pois estará mais próximo a mais da metade do eleitorado, de modo que o candidato vencedor sempre recebe o voto do eleitor mediano e valendo, assim, o teorema em sua forma fraca. Como candidatos podem escolher que plataformas adotam, tem-se que, para vencer eleições, eles preferirão adotar aquelas mais próximas ao do eleitor mediano, de modo que, não importa quem vence, o eleitor mediano consegue sua política preferida e valendo o teorema também em sua forma forte (Congleton, 2004).

Downs (1957) foi o responsável pela extensão do teorema para a democracia representativa. Segundo o seu modelo, uma política unidimensional deve ser posta em prática por um único representante da sociedade e há dois candidatos para o posto. As preferências dos eleitores são de pico único.

Inicialmente supõe-se que os candidatos só se importam com vencer a eleição; assume-se também que quando esses anunciam suas posições durante a campanha, eles conseguem se comprometer a segui-las se eleitos. Esse jogo tem um único equilíbrio de Nash no qual os candidatos anunciam a política π_m que é preferida pelo eleitor mediano e cada um vence a eleição com probabilidade de 1/2 onde nenhum dos candidatos tem incentivos para agir diferente, sob risco de perder a eleição. Em outras palavras, é uma estratégia fracamente dominante para cada político anunciar a política preferida pelo eleitor mediano. Com dois candidatos, não se tem voto

estratégico; com motivos eleitorais e não de política (policy), garante-se a convergência a um equilíbrio de Condorcet.

Assim como no modelo de democracia direta, se as preferências dos eleitores não forem de pico único não haverá equilíbrio de Nash em estratégias puras. Além disso, se o espaço de política for multidimensional, também poderá não haver equilíbrio.

Se considerarmos que os candidatos também se importam com a política resultante, não haverá mudança no comportamento do político se esse ainda der um peso positivo (mesmo que pequeno) a ocupar o cargo, γ . Mas mesmo se nenhum dos políticos quiser o poder por ele mesmo (se o valor obtido com o cargo pelo candidato j , γ_j , for igual a zero) a tendência ao centro será grande – só se os políticos tivessem posições parecidas é que o resultado desviar-se-ia do ideal do eleitor mediano. Se os políticos não conhecerem a distribuição exata de votos da população, eles preferirão se distanciar um do outro, a não ser que coloquem muito peso em ser eleito.

Considera-se então a questão: quem concorrerá se for custoso concorrer? Suponha que o indivíduo i tem utilidade $u_i(p) + I_i$, onde I_i é igual a zero se o indivíduo não estiver ocupando o cargo e igual a $\gamma > 0$ se ele estiver. $u_i(p)$ é de pico único e estritamente côncava. O custo de se conduzir uma campanha política é de e .

Considere, inicialmente, o caso em que os candidatos só se importam em ocupar o cargo (γ e e são grandes em relação a $u_i(p)$) – modelo de Feddersen et al. (1990). Os candidatos podem se comprometer a concretizar as promessas de campanha, ou seja, suas promessas são críveis. Se os candidatos se importam mais com ocupar cargo, então todos os entrantes se localizaram perto do ponto de preferência do eleitor mediano. Como e é grande em relação a $u_i(p)$, nenhum cidadão entrará na disputa somente para influenciar o resultado, de modo que ele só entrará se tiver possibilidades de vencer – de onde segue que todos os entrantes recebem o mesmo número de votos no equilíbrio. Se o número de entrantes for de N_e , cada um tem uma probabilidade de $1/N_e$ de ser eleito, de modo que o payoff esperado de se concorrer, γ/N_e tem que ser igual ou maior que o custo da candidatura, e , o que limita o número de possíveis candidatos.

No entanto, tais modelos não representam a realidade que é, de fato, eleger uma legislatura onde a política será escolhida pelo corpo. Há dois casos mais

importantes, o de distritos de um só membro e o de representação proporcional estrita. No primeiro, para um partido capturar a maioria, ele deve buscar o ideal do distrito mediano. No segundo, tem-se que o tamanho da delegação de cada partido é proporcional a sua fatia do voto agregado.

Com política unidimensional e regra de maioria estrita na legislatura, no único equilíbrio tem-se que os partidos adotam a plataforma preferida pelo eleitor mediano. Considera-se, então, uma eleição em que os partidos têm flexibilidade somente ao longo de uma das dimensões de política (uma é considerada fixa, como por exemplo, ideologia e a outra flexível, ou seja, questões nas quais o partido não tem preferências invioláveis ou posições herdadas¹²). Por simplicidade, considera-se a utilidade dos indivíduos como sendo aditiva em relação às dimensões fixa e flexível: $u_i(\mathbf{p}^A) + v_i^A$ quando o resultado corresponde às posições do partido A, onde \mathbf{p}^A corresponde ao vetor política flexível que será implementado por esse partido caso ele seja vitorioso e v_i^A se refere à utilidade a ser obtida pela plataforma fixa do partido. O indivíduo i vota em A se:

$$u_i(\mathbf{p}^A) + v_i^A > u_i(\mathbf{p}^B) + v_i^B \text{ ou } u_i(\mathbf{p}^A) - u_i(\mathbf{p}^B) > v_i, \text{ onde } v_i = v_i^B - v_i^A$$

Por simplicidade, assume-se que v_i é uniformemente distribuída se estendendo de $(-1 + 2b)/2f$ a $(1 + 2b)/2f$, onde f (que representa a densidade), e mede (inversamente) a diversidade de preferências entre os eleitores, enquanto b mede o quanto as posições fixas do partido B são mais populares no geral.

Cada partido escolhe sua posição flexível de modo a maximizar sua função objetivo (qualquer que seja essa, ter-se-á as mesmas plataformas de equilíbrio). Essa será a plataforma flexível que maximiza o bem-estar do eleitor mediano.

¹² Como, por exemplo, uma alíquota maior ou menor em um imposto, uma isenção fiscal, etc.

3.3.1 Além da Motivação do Cargo:

Os dois modelos que serão tratados adiante servem como base para grande parte do argumento a se desenvolvido ao longo do trabalho, logo eles serão discutidos detalhadamente.

Seu ponto de partida será a não clareza acerca de que políticas o candidato implementará uma vez eleito. No primeiro modelo, de Alesina e Cukierman (1990), os autores argumentam que a assimetria de informação existente entre políticos e o eleitorado acerca das políticas implementadas e suas conseqüências (essas últimas sujeitas a choques do estado de natureza) possibilitam ao político influenciar estrategicamente resultados de eleições futuras, o que os daria incentivo a manter tal assimetria e, portanto, se comportar de forma ambígua durante eleições. Já no segundo modelo, de Cukierman e Tommasi (1998), o objetivo é investigar quando é mais provável que um candidato de esquerda (direita) implemente uma política vista como de direita (esquerda).

Observa-se que o tema comum a ambos os modelos é a ausência de certeza acerca de que políticas serão implementadas uma vez que o candidato é eleito e, como será visto mais detalhadamente na discussão específica de cada modelo, que essa ausência de informação está ligada à assimetria de informação existente entre candidatos e eleitores. Alesina (1988) estabeleceu que se os eleitores fossem perfeitamente informados sobre os objetivos dos dois partidos no páreo, nenhum anúncio pré-eleitoral que diferisse das verdadeiras preferências partidárias seria crível, de modo que os partidos estariam presos a sua posição ideológica, mesmo que a valorizassem menos que ser eleito. Logo, para que haja não cumprimento de promessas de campanha algum grau de assimetria de informação é necessário.

3.3.1.1 O modelo de Alesina e Cukierman (1990)¹³:

O objetivo desse artigo é investigar se existem situações em que o candidato preferirá ser ambíguo em relação às políticas que implementará uma vez eleito. Sua relevância para a presente discussão é a investigação de, sob que condições, seria interessante para o candidato essa ambigüidade e se essas condições estariam presentes

¹³ Alesina, Alberto e Alex Cukierman, 1990. "The Politics of Ambiguity". *The Quarterly Journal of Economics*, 105, 4: 833-850.

durante as eleições de 2002. Tal investigação é interessante principalmente se ficar estabelecido que Lula, mesmo que de forma não voluntária, manteve um certo grau de ambigüidade em relação às suas propostas em 2002¹⁴.

Diferentemente da literatura baseada em Downs (1957), que considera que políticos se interessam somente por se eleger, Alesina e Cukierman (1990) consideram também um outro motivo – que eles se importam com a política implementada e que, por isso, há um trade-off entre políticas que maximizam suas chances de reeleição e as políticas preferíveis pelos membros de seu partido.

Modelos na tradição de Downs(1957) mostram que deve-se esperar uma completa convergência de política em um sistema de dois partidos. No entanto, Alesina e Cukierman (1990) argumentam que, ao se considerar a outra motivação, a convergência geralmente não será o equilíbrio eleitoral.

No modelo, os eleitores não são completamente informados sobre as preferências do candidato que detém o cargo – eles observam as conseqüências das ações, mas não as ações diretamente. No entanto, tem-se que resultados e ações são positivamente (mas imperfeitamente) correlacionados. Logo a assimetria de informação possibilita o comportamento estratégico da parte dos políticos, mesmo que eleitores saibam de suas intenções. No primeiro período, o candidato com o cargo pode escolher implementar sua política preferida ou ir em direção ao ponto ideal do outro partido para aumentar suas chances de reeleição. No fim do período há eleições e no último período o partido eleito segue sua política preferida, já que não há eleições futuras.

A distância entre o ponto ideal do candidato e a política de fato implementada é positivamente correlacionada com o peso atribuído a ser eleito, considerando-se um fator de desconto e o grau de persistência das preferências de seu partido (correlação de preferências futuras com atuais).

Quando os partidos se importam somente com as políticas, suas funções objetivo unidimensionais são dadas por:

$$(1) U(z) = - \frac{1}{2} \sum_{t=0}^1 q^t (z_t - c_t)^2 \text{ para o partido } x; 0 < q \leq 1;$$

¹⁴ Haveria insinuações dessa ambigüidade no fato de documentos anteriores do PT apontarem para um tipo de política e documentos publicados durante a campanha apontarem para outro tipo de política como será discutido com mais detalhes adiante.

$$(2) V(z) = -\frac{1}{2} \sum_{t=0}^1 q^t z_t^2 \text{ para o partido } y.$$

Onde o resultado da questão política é representada por z e o fator de desconto q é idêntico para ambos os partidos. O ponto ideal de y é constante ao longo do tempo e normalizado para 0; já o de x pode mudar ao longo do tempo e seu comportamento estocástico é dado por:

$$(3) c_t = \underline{c} + \eta_t; \underline{c} > 0;$$

$$(4) \eta_t = \rho \eta_{t-1} + \varepsilon_t; 0 < \rho \leq 1.$$

A variável ε é uniformemente distribuída entre $-b_\varepsilon$ e b_ε ($b_\varepsilon > 0$) de modo que sua média é zero – b_ε é tal que $c_t > 0 \forall t$, ou seja, x está à direita de y . ρ captura a persistência de preferências dos partidos (implica que a política atual de x contém informação sobre seus objetivos futuros). Pode-se também considerar que eleger-se fornece utilidade positiva aos candidatos.

Um vez eleito, escolhe-se instrumentos para implementar políticas, que são relacionados com essas pelas seguintes relações estocásticas lineares:

$$(5) z_t = x_t + u_t; \text{ caso partido } x \text{ esteja no cargo}$$

$$(6) z_t = y_t + u_t; \text{ caso partido } y \text{ esteja no cargo}$$

Onde x e y são os instrumentos de política escolhidos pelos partidos¹⁵ e u_t se distribui independentemente de ε_t , com média zero e variância σ_u^2 . O modelo, portanto, assume o mesmo grau de competência para ambos os partidos na implementação de políticas. Os períodos são definidos pelos mandatos e eleitores são racionais e *forward looking* e têm preferências de pico único em z . Cada eleitor tem um ponto ideal diferente e vota para o partido que espera ter o ponto ideal mais próximo do seu. As expectativas dos eleitores são dadas por:

$$(7) x_t^e = E^v(x_t / I_{t-1}); y_t^e = E^v(y_t / I_{t-1});$$

¹⁵ Aqui x e y são instrumentos de política utilizados para afetar o resultado de política z . A relação estocástica pressupõe o controle imperfeito sobre o resultado de políticas, em que u_t representa o ruído entre a política adotada e o resultado dessa. Ou seja, os eleitores observam somente as consequências das ações referentes à política escolhida pelo partido no cargo, mas não tais ações diretamente. Tais ações são, no entanto, positivamente correlacionadas com suas consequências, o que fornece aos eleitores alguma informação – mas não informação perfeita – sobre as preferências do partido no cargo. Os autores argumentam que por causa dessa assimetria, candidatos podem influenciar eleições futuras, mesmo que os eleitores saibam de suas motivações – tal assimetria de informação seria interessante para o candidato, de modo que ele buscaria manter certo grau de ambigüidade em suas ações, pelos benefícios eleitorais que isso pode lhe trazer no futuro.

E^v (.) representa o preditor linear ótimo baseado no conjunto informacional dos eleitores, de modo que x_t^e e y_t^e são expectativas racionais de x_t e de y_t , baseadas na informação disponível em $t - 1$, I_{t-1} , sujeito à restrição de linearidade do preditor. A fonte de informação assimétrica é dada pelo fato de partidos observarem η enquanto eleitores somente o indicador z_0 de η . A distribuição dos pontos ideais dos eleitores não é conhecida com certeza, mas tem-se que a probabilidade P (.) de se eleger x no período 1 como função das expectativas dos eleitores é dada por:

$$(8) P = P(x_1^e, y_1^e)^{16}$$

e é de conhecimento comum.

Se no cargo durante o período 0, x enfrenta o seguinte problema:

$$(9) \text{Max } x_0$$

$$E^G \left[-\frac{\alpha}{2}(x_0 + u_0 - c - \eta_0)^2 + q\{P(x_1^e, y_1^e) \left[-\frac{\alpha}{2}(x_1 + u_1 - c_1)^2 \right] + 1 - P(x_1^e, y_1^e) - \alpha^2(y_1 + u_1 - c_1)^2 + P(x_1^e, y_1^e) - \alpha h \right]$$

Em (9) E^G é o operador esperança condicional no conjunto informacional disponível para o candidato que detém o cargo e $\alpha \in [0,1]$ mede o peso da ideologia versus o benefício do cargo, indicado por $h > 0$ – ambos são conhecimento comum¹⁷. Resolvendo por indução retroativa e considerando o partido x sendo eleito em 1, tem-se que sua política é determinada por:

$$(10) \quad \text{Max } x_1 \quad - (\alpha/2) E^G (x_1 + u_1 - c_1)^2$$

cuja solução é

$$(11) \quad x_1 = c_1$$

Analogamente, se y for eleitor, ele escolhe $y_1 = 0$, logo por racionalidade das expectativas:

$$(12) \quad y_1^e = 0 ; x_1^e = E^v (x_1/I_0) = E^v (c_1/I_0)$$

¹⁶ Alesina e Cukierman impõem algumas restrições a essa função (p. 833)

¹⁷ Quando $\alpha = 0$, se está no mundo de Downs, ou seja, sem interesses ideológicos, com motivos puramente eleitorais.

Logo, no último período do jogo, não há convergência. A condição de primeira ordem de (9) é dada por:

$$(13) \quad x_0 = c_0 + qPx_1^e(.) \frac{\partial x_1^e}{\partial x_0} \left[\left(\frac{1}{2}\right) E^G(c_1^2) + \frac{1-\alpha}{\alpha} h \right],$$

onde c_0 seria a política ideológica míope – caso o partido se importasse somente com o presente. Desde que $q > 0$, tal política não será escolhida pelo partido. No entanto, se $\frac{\partial x_1^e}{\partial x_0} = 0$, ou seja, a política corrente não afeta as expectativas dos eleitores, a posição míope será adotada quaisquer que sejam os outros parâmetros. Caso esse efeito seja positivo, x_0 será menor que a solução míope, de modo que ao buscar eleitores mais moderados que sua própria posição, ele estará aumentando suas chances de reeleição no período seguinte. Fazendo hipóteses adicionais¹⁸, tem-se que:

$$(14) \quad P(x_1^e, 0) = \begin{cases} K_u - \kappa x_1^e \frac{K_u}{\kappa} \geq x_1^e > 0 \\ \frac{1}{2} x_1^e = 0 \\ 0 \quad x_1^e > \frac{K_u}{\kappa} \end{cases}$$

Onde $K_u \equiv \frac{2b - \delta V}{2(b-a)}$; $0 < K_u < 1$; $\kappa \equiv \frac{1}{2(b-a)} > 0$

Há uma descontinuidade em $x_1^e = 0$, onde as políticas esperadas são idênticas, logo $P = \frac{1}{2}$. Quando x cruza o zero, se torna um partido de esquerda, capturando esse eleitorado, mas perdendo seu eleitorado de direita. Impondo $x_1 > 0$, tem-se que $x_1^e > 0 \forall x_0$.

O preditor linear ótimo de z_1 é dado por¹⁹:

$$(15) \quad x_1^e = E^v(x_1/z_0) = f + dz_0,$$

Onde d e f são constantes determinadas pelo fato de que x_1^e é o estimador não viesado de variância mínima de x_1 , dada a observação de z_0 . É possível fazer hipóteses para que exista somente um par de soluções reais para d e f ²⁰.

A política escolhida em equilíbrio pelo partido no cargo pode ser reescrita como:

¹⁸ Ver Alesina e Cukierman (1990), p. 835, para essas hipóteses.

¹⁹ Por (5) e pelo fato de u ser independente de x .

²⁰ No apêndice do artigo, Alesina e Cukierman (1990) determinam f e d implicitamente.

$$(16) \quad x_0 = c_0 - \left[\left(\frac{1}{2} \right) E^G (c_1^2) + \frac{1-\alpha}{\alpha} h \right] q \kappa d$$

As implicações são quatro: $x_0 < c + \eta_0$, pois $d > 0$, o que mostra que x segue uma política mais moderada que seu ponto ideal para aumentar suas chances de reeleição; um aumento de h reduz x_0 - o que mostra um maior incentivo do partido de abrir mão de sua ideologia pela vontade de ser reeleito²¹; quando ρ tende a zero, d também vai a zero, de modo que se a persistência de preferências não for alta, os eleitores darão um peso menor a sua observação de z_0 de modo que o candidato tem pouco incentivo para desviar de seu ponto ideal; efeitos em x_0 de q , σ_u^2 e da variância da inovação nas preferências partidárias, $b\epsilon$, são ambíguas, devido efeitos diretos sobre os partidos e indiretos sobre os eleitores de mudanças nessas variáveis²².

Suponha que existe um valor mínimo para σ_u^2 , σ_u^2 . Pode-se obter o valor da esperança da função utilidade indireta de x , para um dado valor de σ_u^2 , $J(\sigma_u^2)$, dado por:

$$(17) \quad E J(\sigma_u^2) = -E (x_0 - c_0)^2 - (1 + q)\sigma_u^2 - qE c_1^2 + qE(K_u - k[f + dx_0])(c_1^2 + 21 - \alpha h)$$

A primeira expressão tende a ser negativa pois o partido x desvia de seu ponto preferido no período 0 para aumentar suas chances de reeleger no período 1. O benefício do aumento das chances de reeleição é dado pelo último termo do lado direito. Já o termo $-(1 + q)\sigma_u^2$ representaria, segundo os autores, os custos diretos de procedimentos de política pouco precisos em ambos os períodos.

Os autores então consideram o efeito de um aumento pequeno de σ_u^2 acima de σ_u^2 , que levaria a um aumento de $(1 + q)\sigma_u^2$. No entanto, segundo eles, se d se reduzir, é possível que o candidato no cargo escolha uma política mais próxima ao seu ideal durante o período 0, pois o efeito marginal das políticas atuais nas expectativas é menor. Quando os dois últimos efeitos dominam o primeiro, é vantajoso para o candidato no cargo escolher um valor para σ_u^2 acima de σ_u^2 .

²¹ Os eleitores levarão isso em consideração se souberem que h aumentou:

$$\frac{dx_0^e}{dh} = \frac{\partial f}{\partial h} + d \frac{\partial x_0}{\partial h} = 0.$$

²² A operacionalização de tais implicações testáveis será comentada mais tarde.

Segundo os autores, com base na equação (17), tem-se que um menor nível de q implica que os benefícios da ambigüidade são menores²³; quando k tende a zero, o benefício da ambigüidade desaparece. Além disso, quanto mais avessos ao risco forem os eleitores, mais eles desgostarão candidatos incertos²⁴.

Os autores mostram ainda que o candidato à reeleição pode escolher o nível de ambigüidade sobre as políticas a serem implementadas uma vez reeleito durante a campanha e que é possível que ele escolha não eliminá-la, mesmo que os eleitores sejam avessos ao risco²⁵. Além disso, o modelo também mostra que o voto retrospectivo não é inconsistente com a premissa de que eleitores sejam racionais²⁶. Eles também especulam que ao se estender o argumento para horizonte finito não deve mudar a natureza dos resultados, uma vez que o incentivo para ser ambíguo visando aumentar suas chances de reeleição estarão presentes.

As implicações empíricas do modelo, segundo os autores seriam três:

- i. a visão dos eleitores e suas ações subseqüentes são influenciadas pelos resultados de políticas durante o mandato do candidato (voto retrospectivo).
- ii. o candidato no cargo tende a escolher políticas que representam um compromisso entre sua posição ideológica e a de seu oponente para mascarar sua posição verdadeira.
- iii. para algumas configurações de distribuição de eleitores e de posições ideológicas dos partidos, o candidato no cargo pode considerar vantajoso criar procedimentos que não revelam completamente sua verdadeira posição ideológica ao público.

²³ O partido x não se importaria tanto com os benefícios futuros de estar no cargo, mas sofreria hoje com o controle impreciso do instrumento de política.

²⁴ Tal resultado – de que existiria um conjunto de valores de parâmetros não vazio para o qual o partido x escolheria um nível de ambigüidade acima do tecnologicamente mínimo possível (inclusive com a existência de eleitores avessos ao risco) - é estabelecido pelos autores no artigo, p. 840, mas não mostrado aqui.

²⁵ Esse é o resultado mencionado na nota anterior.

²⁶ Nordhaus, 1989 (apud Alesina e Cukierman, 1990) coloca que há uma visão difundida na literatura de que a racionalidade do eleitor seria inconsistente com o voto retrospectivo.

3.3.1.2 O modelo de Cukierman e Tommasi (1998)²⁷:

Cukierman e Tommasi (1998) analisam as condições sob as quais políticas são implementadas por atores improváveis, ou seja, quando políticas de direita são implementadas por políticos de esquerda e vice-versa. Sua relevância para a presente discussão é que esse é exatamente seu objeto de estudo: a suposta mudança de políticas implementada por Lula, um candidato historicamente representante de bandeiras de esquerda, que, ao ser eleito, implementou políticas que, no ambiente político brasileiro, são compreendidas como de direita²⁸.

A utilidade do eleitor j é dada por:

$$(1) - |x^e - (c_j + \gamma^e)|$$

Onde x é a política, c_j é uma constante e γ é a variável estocástica normalmente distribuída com média zero e variância σ_γ^2 . $(c_j + \gamma^e)$ é a política ideal (perceptível) para o eleitor do tipo j , que depende do parâmetro de preferências c_j e da percepção do eleitor sobre o parâmetro exógeno de estado de natureza γ . Quando esse se altera, todos os eleitores mudam sua política preferida na mesma direção, independentemente de suas preferências.

Os autores consideram a situação com dois partidos, R e L, que valorizam políticas (cuja parte determinística do ponto ideal é dada por c_i , $c_L > c_R$) e o cargo (cujo valor é dado por h). As políticas preferidas pelos partidos estão sujeitas a choques intrapartidários, ε_i , com média zero e variância σ_ε^2 . Sua realização é de conhecimento dos partidos, mas não do público²⁹. O ponto ideal do partido é dado por $(c_i + \varepsilon_i + \gamma)$ e sua função objetivo é:

$$(2) h - |x_i - (c_i + \varepsilon_i + \gamma)|$$

A realização de γ é conhecida pelos partidos, mas não pelo público. Inicialmente o partido no cargo observa γ e ε_i , propõe sua política e então o público vota. Tendo sido eleito, a política é implementada. Se a oposição for eleita, ela escolhe a

²⁷ Alesina, Alberto e Mariano Tommasi, 1998. "When Does It Take a Nixon To Go To China?" *The American Economic Review*, 88, 1, March:180:197.

²⁸ Na verdade, parte dessas políticas – como, por exemplo, metas de superávit fiscal, podem ser consideradas bem mais ortodoxas sob o começo do Governo Lula do que haviam sido sob o Governo Fernando Henrique Cardoso.

²⁹ Já a parte determinística, c_i , é conhecimento comum.

política que maximiza o valor ex post de suas funções objetivo. Os autores consideram que, para ser implementada, a política deve ter apoio popular – o que significa que o modelo se aplica não só a períodos eleitorais, mas também a períodos durante mandatos. Os autores introduzem uma assimetria entre o candidato já no cargo e o candidato que o desafia para considerar questões de reputação: enquanto o primeiro deve se comprometer com uma política antes da eleição (que, devido sua reputação, teria mais dificuldade de ajustar sua política), o segundo escolhe sua política preferida.

Sabendo que a política proposta pelo candidato no cargo reflete γ , o eleitor usa essa política como um sinal de γ . Seja $g(c_j, \omega)$ a fração de eleitores com o parâmetro de preferencia c_j onde ω é um parâmetro de mudança estocástica, de modo que a incerteza eleitoral seja capturada por ω . Cada realização de ω induz uma distribuição não estocástica de c_j com medianas c_m diferentes – logo c_m é função de ω , suposta linear pelos autores. Seja \bar{c} e c os limites superior e inferior da distribuição (uniforme) de c_m .

Como as preferências são de pico-único, o resultado da eleição é dado pelas preferências do eleitor mediano, de modo que o partido cuja política é a mais próxima de $(c_m + \gamma^e)$ vence a eleição. Supondo que o partido no cargo é L, ele escolhe x_L para maximizar:

$$(3) P^L(x_L)[h - |x_L - (c_L + \varepsilon_L + \gamma)|] + [1 - P^L(x_L)][-|E(x_R|\gamma) - (c_L + \gamma)|]$$

Onde $P^L(x_L)$ é a probabilidade de que L será reeleito. Sua forma funcional depende do modo que o eleitorado percebe γ , que depende da política ótima de L, que depende de $P^L(\cdot)$. Os autores definem o equilíbrio como um par de funções política $x_L(\gamma, \varepsilon_L)$ e $x_R(\gamma, \varepsilon_R)$, que juntamente com as crenças dos eleitores $\gamma^e(x_L)$ o partido no cargo maximize (3), se eleito o partido desafiante minimiza $|x_R - (c_R + \varepsilon_R + \gamma)|$, o eleitor mediano vota no partido cuja plataforma é a mais próxima de seu ideal, dado γ e as percepções dos eleitores acerca de γ são formadas racionalmente, com toda informação disponível. A política esperada de R pelos eleitores, antes da eleição é dada por:

$$(4) x_R^e \equiv E(x_R|x_L) = c_R + \gamma^e$$

Sabendo que R implementa a política $x_R = (c_R + \varepsilon_R + \gamma)$ 30, que $E(\varepsilon_R) = 0$ e que $E(x_R|\gamma) = c_R + \gamma^e$, reescreve-se (3):

$$(5) P^L(x_L)[h - |x_L - (c_L + \varepsilon_L + \gamma)|] + [1 - P^L(x_L)](c_R - c_L)$$

Postulando que $x_L = B_L + b_{L\gamma}\gamma + b_{L\varepsilon}\varepsilon_L$, ou seja, que x_L é uma função linear de γ e ε_L com B_L , $b_{L\gamma}$ e $b_{L\varepsilon}$ sendo coeficientes a serem determinados, simplifica-se³¹ para $x_L = B_L + b_L(\gamma + \varepsilon_L)$ com

$$(6) \gamma^e \equiv E(\gamma|x_L) = \theta \frac{(x_L - B_L)}{b_L} \text{ onde } \theta \equiv \frac{\sigma_\gamma^2}{\sigma_\gamma^2 + \sigma_\varepsilon^2}$$

Como a política de qualquer candidato no cargo se torna mais de direita quanto maior for γ (e o público sabe disso, pois significa um x_L maior) de modo que uma política de direita é parcialmente interpretada como devido a um γ maior, mas esse sinal também é influenciado por choques intrapartidários de modo que γ^e é ponderado por θ .

Os autores então supõem que $x_L^e = x_L < x_R^e$, o que implica que existe um valor crítico c_m^c tal que se $c_m \leq c_m^c$ L vence e R vence caso contrário. c_m^c é obtido através de:

$$(7) c_m^c = \frac{1}{2} (c_R + b_L + \gamma^e)$$

Com:

$$(8) P^L(x_L) = \frac{1}{2(\bar{c} - \underline{c})} \left[c_R - 2\underline{c} + \theta \frac{B_L}{b_L} + dx_L \right] \text{ com } d \equiv 1 - \frac{\theta}{b_L}$$

Substituindo (8) em (5), os autores derivam dois casos (baseados no valor de x_L frente a $c_L + \varepsilon_L + \gamma$) para as condições de primeira e segunda ordem que levam a:

(9.1) Caso $x_L > c_L + \varepsilon_L + \gamma$

$$x_L = \frac{1}{2d} [d(c_R + h) - c_R - \theta \frac{B_L}{b_L} + 2\underline{c}] + \frac{1}{2} (\gamma + \varepsilon_L)$$

(9.2) Caso $x_L < c_L + \varepsilon_L + \gamma$

$$x_L = \frac{1}{2d} [2\underline{c} - c_R - \theta \frac{B_L}{b_L} + d(2c_L - c_R + h)] + \frac{1}{2} (\gamma + \varepsilon_L)$$

³⁰ Solução de seu problema de minimização.

³¹ Já que os eleitores não conseguem distinguir ε_L de γ logo, $b_{L\gamma} = b_{L\varepsilon} = b_L$.

De modo que se obtém $b_L = 1/2$ e

$$B_L = \begin{cases} \frac{1}{2} \left[(2\underline{c} - c_R) \left(1 + \frac{\sigma_Y^2}{\sigma_\varepsilon^2} \right) + (c_R + h) \left(1 - \frac{\sigma_Y^2}{\sigma_\varepsilon^2} \right) \right] & \text{caso } x_L > c_L + \varepsilon_L + \gamma \\ \frac{1}{2} \left[(2\underline{c} - c_R) \left(1 + \frac{\sigma_Y^2}{\sigma_\varepsilon^2} \right) + (2c_L - c_R - h) \left(1 - \frac{\sigma_Y^2}{\sigma_\varepsilon^2} \right) \right] & \text{caso } x_L < c_L + \varepsilon_L + \gamma \end{cases}$$

De modo que $d = \frac{\sigma_\varepsilon^2 - \sigma_Y^2}{\sigma_\varepsilon^2 + \sigma_Y^2}$ de modo que para cada um dos casos as condições de segunda ordem são $\sigma_\varepsilon^2 > \sigma_Y^2$ para o primeiro e $\sigma_\varepsilon^2 < \sigma_Y^2$ para o segundo. Assim $P^L(x_L)$ é crescente no primeiro caso e decrescente no segundo.

A intuição por trás disso é a seguinte: quando L se move para a direita, aumenta suas chances de reeleição por estar mais ao centro (o que os autores chamam de efeito Hotelling). Mas isso é interpretado como um aumento de γ , o que move os pontos ideais de todos os eleitores para a direita (efeito expectativa). Quando $\sigma_\varepsilon^2 > \sigma_Y^2$, o efeito Hotelling domina o expectativa, levando a um aumento das chances de reeleição de L. Logo, vale a pena para L escolher uma política mais ao centro que $c_L + \varepsilon_L + \gamma$. Caso contrário, se $\sigma_\varepsilon^2 < \sigma_Y^2$, o efeito expectativa domina o Hotelling e L escolhe uma política mais ao extremo. Em ambos os casos, R tem mais probabilidade de propor uma política de direita. No segundo caso, reversão de políticas (a esquerda implementando políticas de direita, por exemplo) não ocorrem. Logo, $\sigma_\varepsilon^2 > \sigma_Y^2$ é uma das condições para reversão de políticas.

Além disso, quando h cresce, ambos os partidos convergem para o centro (efeito Hotelling). Já quando a incerteza aumenta (um \bar{c} maior ou um \underline{c} menor), R tende a ir para a direita e L para a esquerda. Sendo $PI^i(x)$ a probabilidade que o candidato no cargo implemente a política x e $Q^i(x)$ que ele a proponha, tem-se que $PI^i(x) = Q^i(x)P^i(x)$, onde $P^i(x)$ é a probabilidade de reeleição. $x_i = B_i + \frac{1}{2}(\gamma + \varepsilon_i)$ implica que $x_i \sim N[B_i, V]$ com $V = (\sigma_\varepsilon^2 + \sigma_Y^2)/4$, logo $Q^i(x) = (2\pi V)^{-\frac{1}{2}} \exp\left\{-\frac{(x - B_i)^2}{2V}\right\}$.

Considerando o caso simétrico em que $\bar{c} = -\underline{c} > 0$ e $c_R = -c_L > 0$ tem-se que:

$$B_R = -B_L = B = \left(1 + \frac{\sigma_\gamma^2}{\sigma_\varepsilon^2}\right)\bar{c} - \left(1 - \frac{\sigma_\gamma^2}{\sigma_\varepsilon^2}\right)h/2 + \frac{\sigma_\gamma^2}{\sigma_\varepsilon^2}c_R$$

$$P^L(x) = \frac{A+dx}{4\bar{c}} \text{ e } P^R(x) = \frac{A-dx}{4\bar{c}} \text{ onde } A = 2 \left(1 - \frac{\sigma_\gamma^2}{\sigma_\varepsilon^2}\right)\bar{c} + \left(1 - \frac{2\sigma_\gamma^4}{\sigma_\varepsilon^2(\sigma_\varepsilon^2 + \sigma_\gamma^2)}\right)c_R + \frac{\sigma_\gamma^2(\sigma_\varepsilon^2 - \sigma_\gamma^2)h}{(\sigma_\varepsilon^2 + \sigma_\gamma^2)}$$

Sendo $\Delta PI(x) = PI^R(x) - PI^L(x)$, quando $\Delta PI(x) > 0$, x é mais provavelmente implementada por R que por L.

Os autores então concluem que se $Vd/B < A < 2\bar{c}$, então o campo das políticas x pode ser dividido da seguinte forma:

- a. Existe uma região central (x, \bar{x}) em que políticas esquerdistas (direitistas) têm maior chance de serem implementadas por partidos de esquerda (direita);
- b. Existe uma região fora de (x, \bar{x}) em que políticas esquerdistas (direitistas) ($x < x$ e $x > x$, respectivamente) têm maior chance de serem implementadas por partidos de direita (esquerda);
- c. Para valores ainda mais extremos de x , acima de x_R^0 e abaixo de x_L^0 , (onde $x_R^0 > \bar{x}$ e $x_L^0 < \underline{x}$), somente o partido não provável implementa a política x .

Através da estática comparativa eles concluem que:

- (i) Um aumento na incerteza eleitoral (\bar{c}) reduz o campo de reversão de políticas.
- (ii) Um aumento no grau de polarização partidária ou de distância ideológica entre os partidos (medido por c_R) reduz o campo de reversão de políticas.
- (iii) Um aumento na incerteza acerca da posição ideológica do candidato no cargo (medido por σ_ε^2) aumenta o campo de reversão de políticas. Tal resultado sugere que as reversões de políticas seriam mais comuns em

países caracterizados por partidos “catchall” que abrangem um campo heterogêneo do espectro político ou por governos de coalizão³².

(iv) Para qualquer política proposta, um político de esquerda (direita) tem mais credibilidade ao dizer que políticas de direita (esquerda) são desejáveis que um de direita.

(v) Um político de esquerda (direita) tem mais credibilidade ao propor uma mudança significativa à direita (esquerda) que à esquerda (direita).

Assim, os autores concluem que com informação assimétrica, propostas de políticas contêm informações e que uma condição necessária, mas não suficiente de reversão de política é que haja incerteza em relação às políticas preferidas pelos partidos em comparação à incerteza quanto ao estado do mundo.

³² Esse seria claramente o caso do Brasil, o que mostra a relevância do modelo para o estudo da mudança de política propostas por Lula e o PT nas eleições de 2002.

4 A PERSPECTIVA DA LITERATURA SOBRE ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO BRASIL:

Até aqui a discussão se centrou em modelos teóricos que tentam entender a interação entre candidatos, partidos, eleitores e demais atores durante o processo de voto. Obviamente, o grau de abstração dessa literatura é alto. Esses modelos supõem que o indivíduo, racional, têm um comportamento maximizante, ou seja, ele sempre escolhe a alternativa que produz o melhor resultado.

No entanto, essa não é a única literatura que trata de como as pessoas votam – muitos estudos se baseiam na psicologia e em pesquisas de opinião e não na economia ou em modelos abstratos para tentar explicar resultados eleitorais. A literatura de Determinantes do Voto cobre essa área que deve ser vista como complementar ao que foi discutido até agora.

Desde a década de 1960, um grande debate sobre o que determina o voto - e em que grau – se desenvolveu. A discussão geralmente se desenvolve em torno de temas (*issues*), partidos e características de candidatos, com bastante dissenso sobre o que é mais importante na cabeça do eleitor, uma vez que as conclusões dependeriam das premissas feitas³³.

A discussão acerca dos fatores que condicionam o voto em eleições brasileiras pode ser dividida em fatores de longo prazo e fatores de curto prazo. Os primeiros, com caráter mais permanente, são aqueles condicionantes que permeiam diversas eleições como preferências partidárias e ideológicas, renda, classes e etc, enquanto os segundos seriam fatores mais conjunturais pertinentes somente a eleições particulares como a personalidade dos candidatos ou a própria campanha política.

Muito já se especulou sobre os determinantes do voto no Brasil – mas alguns fatos estilizados emergem. Devido a características institucionais do sistema político brasileiro, tem-se que uma variável comum na literatura internacional – a identificação partidária – é de difícil trato no Brasil. No entanto, observa-se certa estabilidade em termos da quantidade de eleitores manifestando preferência partidária, mas com, no entanto, somente dois partidos apresentando taxas de preferências maiores

³³ Para uma resenha sobre as diversas abordagens acerca dos Determinantes do Voto, ver Figueiredo (2008).

que 10% - o PT e o PMDB, o primeiro ascendendo em preferência e o segundo decrescendo (Carreirão e Kinzo, 2004).

Singer (1999) propõe o conceito de identificação ideológica, “vista como a adesão a uma posição no contínuo esquerda-direita ou liberal-conservador que, mesmo sendo difusa, isto é, cognitivamente desestruturada, sinaliza uma orientação política geral do eleitor.” (p. 49) Para ele, essa seria a principal variável na previsão do voto nas eleições de 1989 e 1994. Singer segue a argumentação de Pappi (1998), que aponta para o papel central que predisposições ideológicas têm em sistemas multipartidários. No caso onde há muitos partidos, gerando sobreposição de partidos considerados de esquerda e de direita, essa orientação ideológica passa a ser um diferencial mais marcante entre os competidores na arena política. Contudo, a mensuração de ideologia esbarra em um problema metodológico, que é muito significativo em pesquisas de opinião pública.³⁴

Já a associação a determinados grupo, como classes sociais, religião, gênero e etc., também é tida como um importante fator na decisão de voto no Brasil, mas não de forma intrínseca, e sim quando existe algum fator político que potencialize a relevância da associação.

Em relação a fatores de curto prazo, observa-se no caso brasileiro uma grande relevância do voto retrospectivo³⁵ – essa seria a grande variável explicativa historicamente do voto em eleições presidenciais no Brasil³⁶. Isso se evidencia nas eleições de 1989, com o fraco desempenho dos candidatos governistas devido à péssima avaliação do governo; nas eleições de 1994 e 1998 sob o efeito de avaliações positivas acerca do Plano Real (Carreirão, 2002), e, depois nas eleições de 2006, onde o bom desempenho em pesquisas de Lula se traduziu em uma reeleição com folga³⁷. Sobre a

³⁴ Carreirão e Kinzo (2004) discutem as críticas. Carreirão e Barbeta (2004), por exemplo, concluíram que tal variável só seria significativa na determinação do voto nas eleições de 2002 para altos níveis de escolaridade.

³⁵ Para uma discussão mais profunda acerca do voto retrospectivo, ver Fiorina (1981). Para uma discussão mais profunda acerca dos determinantes do voto nas eleições de 1989, 1994 e 1998, ver Carreirão (2002).

³⁶ Voto retrospectivo geralmente diz respeito à dimensão econômica do voto – ou seja, se o eleitor aprova a situação econômica e como isso influencia o seu voto. Rennó (2007) faz uma discussão interessante olhando para outra dimensão – a corrupção – e como isso afetou os votos nas eleições de 2006.

³⁷ Stokes (2001b) discute posturas diferentes que os eleitores podem adotar em relação a uma avaliação econômica ruim: se, por exemplo, eles acharem que a situação econômica desfavorável não é de responsabilidade do candidato da situação, eles podem exonerá-lo de culpa.

eleição de 2002, será discutido adiante de forma mais detalhada os fatores que a caracterizaram.

Em relação ao componente personalista do candidato (sua imagem), alguns argumentam que, no fundo, o voto no Brasil não seria racional devido ao peso que isso teria na determinação de preferências eleitorais no país. Há, no entanto, aqueles que discordam dessa visão. Segundo Carreirão (2002),

“as formas como os eleitores votam variam muito de acordo com a sua escolaridade. Mesmo considerando um suposto ‘eleitor mediano’, porém, se a decisão de voto para presidente no Brasil não é altamente informada e ideológica, não se trata também de uma decisão irracional, baseada apenas na emoção ou intuição de um eleitor em busca de um candidato ‘carismático’, cuja ‘imagem’ seria forjada pelos meios de comunicação e pelo *marketing* político. A maioria dos eleitores, mesmo não sendo muito informada politicamente, se apóia, ao decidir seu voto para presidente, em um conjunto de informações e pistas que sugerem uma decisão de voto bem mais complexa do que a suposta por aquele diagnóstico muito comum³⁸, especialmente nos meios de comunicação, a respeito do eleitor brasileiro.” (p. 19)

Em relação às campanhas propriamente ditas, Niemi e Weisberg (2001), ao revisar a literatura, concluem que o grande efeito das campanhas seria de informar e “ativar” as preferências do eleitor. Stokes (2001a) também enfatiza esse papel informativo que possibilita o voto prospectivo.

Sendo a campanha para as eleições presidenciais de 2002 e a subsequente reversão acerca de políticas historicamente propostas pelo PT são o objetivo de estudo do trabalho proposto aqui, é interessante fazer um breve comentário tanto das propostas e forças históricas que moldaram o PT e como essa transição se concretizou nas eleições de 2002.

³⁸ Diagnóstico de que os eleitores fariam uma escolha emocional, baseada na intuição e em características subjetivas dos candidatos.

5 O CONTEXTO DAS ELEIÇÕES DE 2002:

A eleição de 2002 foi atípica. Primeiramente porque, depois de três tentativas frustradas, o candidato Luís Inácio Lula da Silva finalmente conseguiu se eleger a presidente. Em segundo lugar, assim como em 1989, o pleito não ficou restrito a dois candidatos fortes somente (Ciro Gomes e Anthony Garotinho, mesmo não indo a 2º turno, não tiveram performances ruins³⁹). Em terceiro, e em consequência dessa segunda característica, depois de duas eleições consecutivas sem 2º turno, o país se dividiu entre os quatro primeiros candidatos (Lula, Serra, Ciro e Garotinho) e precisou de mais um turno para se decidir.

Provavelmente o fato determinante para a configuração eleitoral mencionada no parágrafo anterior foi a avaliação acerca do Governo FHC. Como observado anteriormente, o principal determinante do voto em eleições presidenciais brasileiras é o chamado voto retrospectivo, ou seja, a opinião sobre governo é o grande determinante das eleições: se essa é favorável, o Presidente elege seu candidato; se é desfavorável, a oposição elege seu candidato. Em 1994, 1998 e 2006, a opinião acerca do Presidente era extremamente favorável, o que se traduziu em reeleições fáceis. Em 1989 e 2002, esse não foi o caso. Em 1989, José Sarney tinha um dos maiores índices de reprovação já vistos desde 1985, o que significou que os próprios candidatos governistas tentaram se distanciar, em vão, dele. A consequência disso foi que os dois candidatos que foram a segundo turno foram da oposição – mas uma ressalva deve ser feita: por mais tímido que fosse o apoio de Sarney a Collor (afinal, em 1989, tal apoio era tóxico), Collor representava uma menor ruptura com Sarney do que Lula na época. Logo, apesar de a forte rejeição a Sarney ter sido determinante em primeiro turno, seu papel foi bem menor em segundo turno.

A outra eleição desde a redemocratização em que se viveu a situação em que o Presidente não tinha bons índices de aprovação é a eleição de 2002, o foco do presente estudo. Os índices de aprovação de FHC não eram tão ruins em 2002 como os de Sarney eram em 1989, até porque, como observam Coutinho e Figueiredo (2003), a imagem pessoal de FHC frente ao eleitorado era melhor que a da maioria dos candidatos que concorriam nas eleições de 2002, mas eles certamente prejudicaram o candidato que levou seu apoio, José Serra. Carreirão (2004) argumenta que, apesar dessa ter sido a

³⁹ Não se deve esquecer ainda da candidatura de Roseana Sarney, que implodiu ainda no período pré-eleitoral, mas que, até o escândalo que a tirou do páreo, parecia ter bastante fôlego.

primeira vez que um candidato de esquerda venceu em uma eleição presidencial brasileira após o período de redemocratização, isso não significa que houve uma guinada para esquerda no eleitorado brasileiro. Segundo esse autor, o resultado, na verdade, refletiria o descontentamento do eleitorado e o desgaste do governo FHC, ou seja, o voto retrospectivo.

Além disso, como será discutido mais aprofundadamente a seguir, as eleições de 2002 foram caracterizadas por “grande intervenção” do mercado internacional no debate eleitoral – com aumentos consideráveis do Risco País (que chegou a mais de 2400 pontos, o nível mais alto já atingido pelo Brasil) e desvalorização considerável da taxa de câmbio. Tal desconforto – levado pela incerteza de como seriam as políticas implementadas por Lula, objeto da próxima seção - colocava em dúvida a viabilidade de um Governo Lula e, portanto, da candidatura de Lula.

Tendo isso em mente, é interessante analisar agora qual era o momento vivido tanto por Lula quanto pelo PT durante as eleições de 2002.

6 LULA E O PT NAS ELEIÇÕES DE 2002:

Desde sua formação o PT e o próprio Lula passaram por um grande processo de moderação. Na década de 1980, o partido se dizia socialista e sempre teria defendido posições radicais (Samuels, 2004a). Seria o primeiro grande partido cuja formação não dependeu de influência estatal ou das elites políticas e econômicas (Samuels, 2006). A cada eleição legislativa, o partido ganhava cada vez mais espaço no Congresso Nacional e nas preferências partidárias dos eleitores (Carreirão e Kinzo, 2004 e Samuels, 2004a). Em um estudo sobre as bases do petismo, Samuels (2004a) conclui que (com base no ESEB de 2002):

“os petistas diferem substancialmente dos outros brasileiros. Eles se identificam como sendo de esquerda, são mais instruídos e politicamente conscientes do que a média. Além disso, não somente acreditam que a participação do indivíduo na política pode fazer diferença, como também estão muito mais envolvidos em ações políticas e sociais do que os outros. Deste modo, eles não só abraçam, como põem em prática o objetivo declarado do PT de “movimentar as bases”, ou seja, os atores que não pertencem à elite, para transformar a sociedade brasileira. (...)a classe socioeconômica não diferencia os petistas dos outros brasileiros e eles não defendem, em relação às políticas públicas, posições substancialmente diferentes dos demais cidadãos. Tais características sugerem que o petismo representa antes uma transformação cultural na sociedade brasileira do que uma clivagem de classe ou uma distinção baseada em posições políticas específicas.”

Em relação à preferência partidária, Samuels (2004b), observa, como será discutido de forma mais aprofundada adiante, que as preferências partidárias no Brasil não são os grandes determinantes do voto pois são relativamente fracas, exceto em relação ao PT. Ele observa que, enquanto em relação aos outros partidos, tal preferência é fortemente influenciada por um componente personalista, o mesmo não ocorreria com o PT – ou seja, fenômeno relativamente dissociado de Lula – e tal fato, como ele aponta em outro artigo (Samuels, 2006), seria uma das maiores distinções entre a vitória de Lula em 2002 e as demais eleições presidenciais: foi a primeira vez que o apelo não foi somente pessoal, e sim partidário, uma vez que no momento da eleição de Lula, quase ¼ das preferências partidárias manifestadas iam para o partido.

O próprio Samuels (2004b) observa que a moderação e o pragmatismo do PT acompanharam esse aumento nas preferências partidárias em favor do partido. No entanto, muitas das posições historicamente defendidas tanto pelo PT quanto por Lula - e que iam de encontro com o que de fato foi implementado a partir de 2002 em termos de política econômica - eram perceptíveis em episódios relativamente recentes, o que

comprovaria que tal moderação ainda não se completara até pouco tempo antes da campanha. Exemplos disso são o apoio do partido ao plebiscito acerca da dívida nacional proposto pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 2000, além de declarações de membros do alto escalão petista – que depois se tornaram ministros, como Guido Mantega – e do próprio Lula em jornais de grande circulação criticando a política econômica implementada por FHC, no próprio ano eleitoral.

Samuels (2006) vê a ambigüidade da seguinte forma: o conflito, segundo ele, emergiu quando, em 2002, Lula defendia os “princípios petistas” (maior participação popular na determinação de políticas, reversão de políticas e investimentos prioritários em favor dos pobres e maior transparência e honestidade), mas ao mesmo tempo prometia não desfazer os ganhos macroeconômicos obtidos durante o Governo FHC.

Giambiagi (2004) defende que tal postura ambígua – uma vez que as propostas formalmente apresentadas⁴⁰ pelo partido iam de encontro com alguns comentários feitos por seus membros mais relevantes – seria a causa da incerteza que tomou conta do mercado financeiro durante o ano de 2002. Se o mercado não estava certo de qual postura o PT de fato adotaria, como poderia o eleitor médio?

Giambiagi (2004) ainda menciona documentos oficiais preparados pelo PT para as eleições de 2002 como “Um outro Brasil é possível” de 2001 que defendia a renegociação da dívida externa e a limitação de recursos para pagamento de juros da dívida pública⁴¹. Além disso, os documentos referentes ao programa Fome Zero previam, segundo estimativas desse autor, aumentar o gasto público, assistencial e previdenciário em quase 6% do PIB em relação ao praticado na época.

Ou seja, o que se observa é que pelo menos até 2001, por maior que tivesse sido a moderação ideológica sofrida pelo partido, ela não era ainda forte o suficiente para representar a ruptura dogmática ocorrida em 2002. Giambiagi (2004) credita essa ruptura à escolha de Antonio Palocci como coordenador de programa de governo cujo

⁴⁰ Rizzi (2009) relativiza o papel de propostas formais, uma vez que segundo ela, no Brasil candidatos não apresentariam propostas detalhadas e sim os objetivos dessa proposta como emprego, crescimento e baixa inflação – de modo que as propostas não difeririam tanto de um candidato para outro. De qualquer forma, como essa autora mesmo observa, mesmo os objetivos de política apresentados em 2002 foram bem mais moderados que os de 1989, quando o não pagamento da dívida e uma agressiva reforma agrária estavam na pauta petista.

⁴¹ O documento aprovado no encontro nacional do partido no final de 2001, “Uma ruptura necessária” foi uma revisão desse, mas que, segundo Giambiagi (2004), não apresentou grandes mudanças.

objetivo era mostrar que “a mensagem que se tentava passar era que o PT tinha rompido com a idéia de ruptura.” (Giambiagi, 2004:200).

Mas, de forma mais importante, Giambiagi (2004) aponta para a intensidade da crise argentina de 2001/2002 e a crise de confiança provocada pela ascensão nas pesquisas de Lula como os fatos determinantes na conversão da alta cúpula do partido em favor do que Palocci e Lula defendiam como promessas de campanha. Tal argumento corrobora a discussão empreendida no início desse trabalho: que mudanças no estado de natureza facilitariam uma reversão de políticas. E, conciliando com as implicações derivadas do modelo proposto por Cukierman e Tommasi (1998), candidatos mais à esquerda teriam maior credibilidade ao propor mudanças à direta, uma vez que isso significaria um estado de natureza menos favorável – o que, devido à assimetria de informação entre eleitores e políticos, não é sempre observável aos primeiros.

De qualquer forma, a conseqüência disso foi a escolha do candidato a vice presidente, José de Alencar, grande empresário e membro de um partido que não era de esquerda, o Partido Liberal (Carreirão, 2004)⁴²; a edição da “Carta ao Povo Brasileiro”, em junho de 2002, no qual o PT se comprometia com a política de pagamento da dívida, uma vez eleito; o próprio programa oficial de governo; e “Nota sobre o Acordo com o FMI” que apresentava o compromisso de honrar acordos negociados com a instituição⁴³. Tais documentos selariam o processo de moderação sofrido pelo PT e pelo próprio Lula como candidato e político.

Rizzi (2009) credita a moderação de Lula nas eleições de 2002 à necessidade de um aumento na eficiência de sua campanha política⁴⁴; eficiência obtida, segundo a autora, pelo aumento de contribuições eleitorais que permitiram um maior gasto em propaganda pelo PT e pelo próprio Lula. A moderação estaria ligada a esse

⁴² Eisenberg e Vianna (2002) apontam como fator decisivo para a melhora nas chances de Lula ser eleito, a sua propensão em 2002, diferentemente do que ocorrera em eleições anteriores, de se fazer alianças – e a chapa Lula/José de Alencar é uma clara representação disso.

⁴³ Obviamente, a incerteza acerca de que políticas seriam implementadas uma vez que Lula fosse eleito não era consenso na época. Eisenberg e Vianna, escrevendo em junho de 2002, viam como inevitáveis a manutenção, por qualquer candidato, das políticas fiscal e monetária, o que vai de acordo com a visão de Alston, Melo, Mueller e Pereira (2004).

⁴⁴ Essa necessidade de aumento de eficiência está ligada a contratação de profissionais de marketing político que permitiram uma maior profissionalização da campanha, o que, segundo Aldé (2003:95), foi positivo pois “a mídia favoreceu campanhas melhor estruturadas, amplificando as agendas elaboradas pelas coordenações dos candidatos.”

aumento de contribuições, já que, como pode ser observado nos dados do TSE, Lula teria recebido consideravelmente mais contribuições em 2002 que em 1998 e que quase 99% das contribuições recebidas em 2002 eram provenientes de empresas enquanto em 1998 esse percentual era inferior a 60%⁴⁵. Carreirão (2004) também coloca a moderação como necessária à vitória eleitoral, uma vez que, segundo esse autor, o radicalismo de Lula percebido pelo eleitorado era um dos grandes determinantes da rejeição a esse candidato.

Já dentro do arcabouço da argumentação de Alston, Melo, Mueller e Pereira (2004), a moderação de Lula estaria ligada aos incentivos eleitorais que o sistema político brasileiro garante àqueles que perseguirem um ambiente macroeconômico robusto.

A discussão promovida aqui serve o propósito de mostrar que, por mais que as promessas da campanha de 2002 especificamente apontassem para um ponto mais à direita no espectro político que as de eleições anteriores, tais promessas eram fruto de compromisso muito recente e, portanto, não crível ao mercado financeiro, não havendo razões para que fosse crível para os eleitores.

Considerando que, mais do que as promessas propriamente ditas, o que importa é a percepção do eleitorado acerca dessas promessas, é válido indagar se a opinião dos eleitores acerca do PT e de Lula antes e depois de seu primeiro mandato coincidem. Se elas diferirem, isso indica que o candidato eleito seria o Lula “histórico”, cujas posições percebidas pelo eleitor seriam formadas por uma ponderação de suas posições históricas com as divulgadas nas eleições de 2002, com peso maior para as primeiras – e que o candidato da eleição de 2006 percebido pelo eleitorado já não era mais esse Lula e sim, para usar um termo consagrado na imprensa nacional, o Lula “Paz e Amor”, uma vez que durante o mandato os eleitores puderam, através do voto retrospectivo, ter uma melhor idéia de onde, no espectro ideológico, Lula se posicionava.

Samuels (2006) analisa, frente aos “princípios petistas” mencionados anteriormente, como o Lula “Paz e Amor”, isto é, o Lula “Presidente” correspondeu às

⁴⁵ Segundo tabela apresentada pela autora, com base em dados do TSE, a maior parte das contribuições a Lula foram realizadas quando ele, diferentemente de pleitos anteriores, se mostrou como um candidato viável – ou seja, para muitas empresas, a primeira doação a Lula ocorreu somente no último mês de eleição, ou seja, somente quando era claro que Lula era um candidato com razoáveis chances de vitória.

expectativas de sua base eleitoral histórica criadas pelo Lula “histórico”. Segundo ele, não se teve maior participação popular nas definições de políticas e investimento prioritários; no tocante à reversão de políticas em favor dos pobres, Samuels (2006) coloca que muitos observadores enxergaram o Governo Lula como uma continuidade do Governo FHC – “foco na continuidade e estabilidade ao invés da mudança e confrontação” –⁴⁶; em relação à questão de transparência e honestidade, o problema surgiu, segundo Samuels (2006), quando Lula teve que transformar sua coalizão de campanha em uma coalizão de governo – essa última fraca demais, levando a acusações de que a coalizão era construída com base em corrupção. Ou seja, não se pode dizer que o Lula “histórico” e o “Paz e Amor” sejam as mesmas pessoas – e que o nível de velocidade de transformação trocado pela vitória nas eleições como apontado por Rizzi (2009) provavelmente não era antecipado por muitos em sua base eleitoral.

⁴⁶ No entanto, Samuels (2006) relativiza isso, ao citar o bem-estar vivenciado pela classe mais pobre durante o Governo Lula.

7 METODOLOGIA E RESULTADOS:

A parte empírica está relacionada com o teste das proposições de ambos os modelos descritos anteriormente, o de Alesina e Cukierman (1990) e o de Cukierman e Tommasi (1998). O objetivo é averiguar se as condições propostas pelos modelos (respectivamente) de propostas de campanha ambíguas e de candidatos mais à esquerda implementando políticas mais à direita no continuum político⁴⁷, foram satisfeitas no Brasil, nas eleições presidenciais de 2002 e, se sim, se a situação ocorreu como de fato os modelos previam.

Dentre os dados utilizados estão pesquisas de opinião do Instituto Datafolha, informações macroeconômicas do Ipeadata e o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2002 e 2006, descrito no anexo.

No tocante ao modelo de Cukierman e Tommasi (1998), as hipóteses a serem testadas são as seguintes:

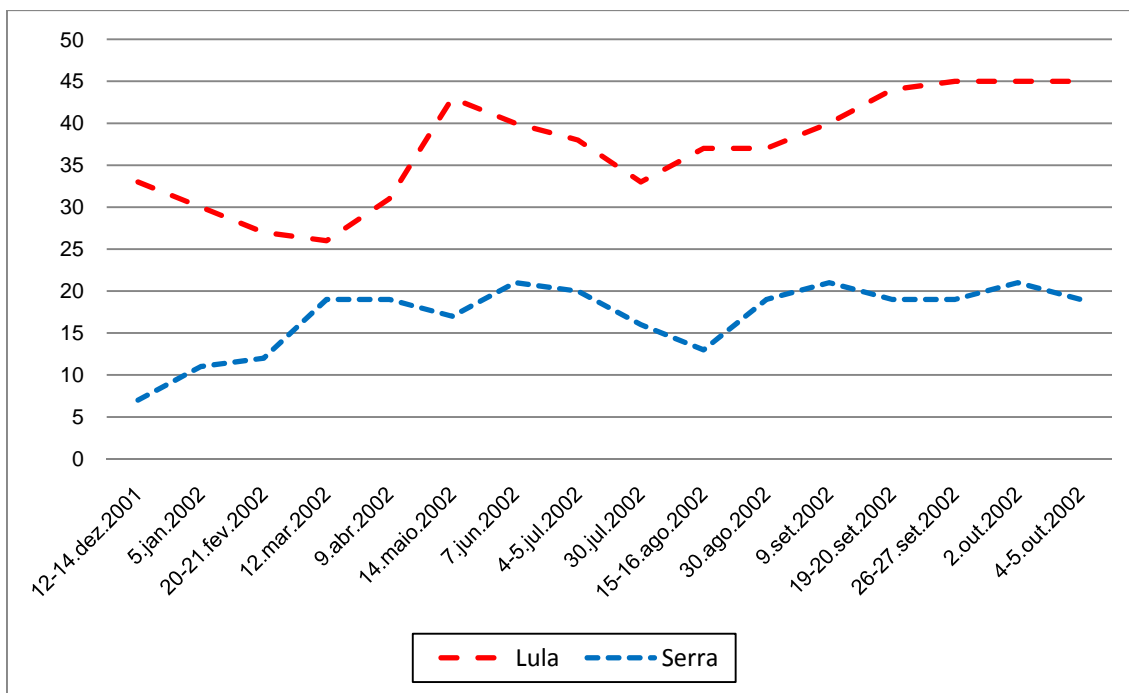
- 1. Hipótese:** Um aumento na incerteza eleitoral reduz o campo de reversão de políticas.

A primeira observação a se fazer aqui é que, pelos dados do TSE, nem no primeiro turno, nem no segundo turno, Lula teve uma eleição “difícil”. Em primeiro turno, Lula obteve 46% dos votos contra 23% do segundo colocado, José Serra; em segundo turno, Lula obteve 61,3% dos votos válidos contra 38,7% de José Serra.

Além disso, ao longo do período eleitoral, Lula sempre se mostrou como o candidato mais viável frente aos outros:

Gráfico 1: Intenção de Voto ao longo do período eleitoral

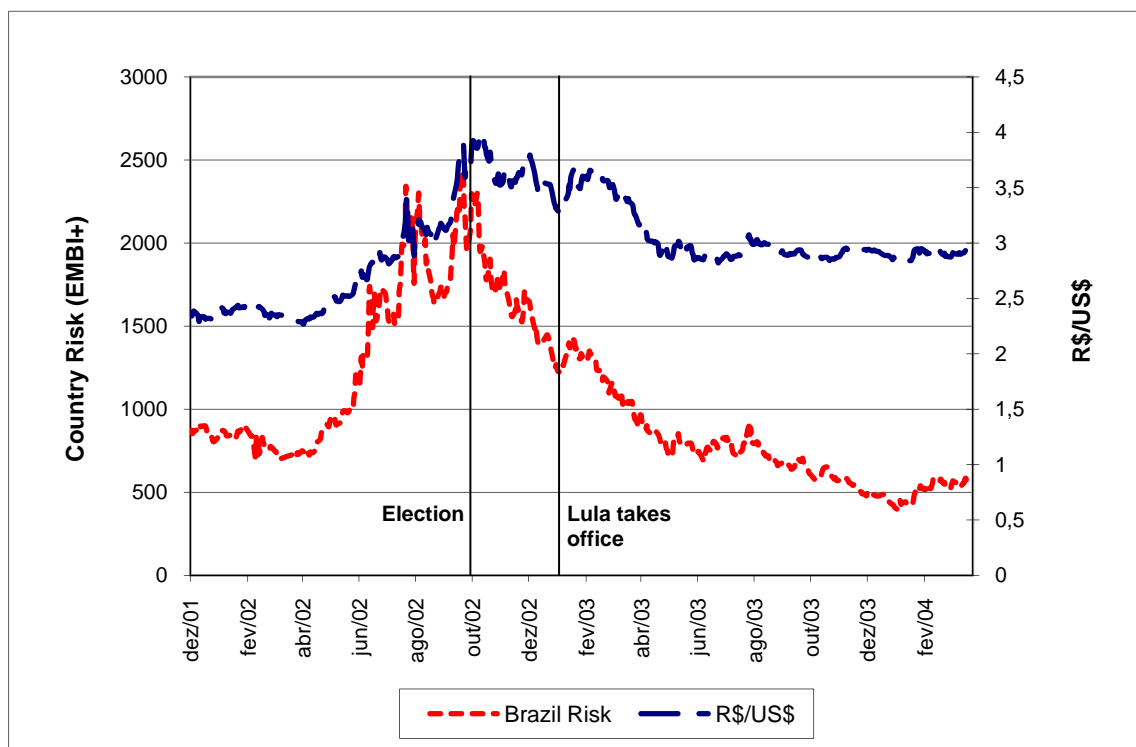
⁴⁷ Tais modelos foram feitos considerando a realidade de muitos países em que há dois grandes partidos, um representando a esquerda e outro a direita. No Brasil, devido características institucionais muito peculiares e que serão discutidas em detalhes em breve, isso não ocorre. Logo, uma adaptação deve ser feita: enquanto os modelos tratam de candidatos de esquerda (direita), para o Brasil isso deve ser interpretado como candidatos mais à esquerda (direita) que outros e políticas mais à direita (esquerda) que as que se espera que ideologicamente tal candidato implementasse em um ambiente de informação perfeita.



Fonte: Instituto Datafolha.

A grande fonte de incerteza peculiar às eleições de 2002 foi o temor do mercado financeiro como pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 2: Comportamento da Taxa de Câmbio e do Risco País durante o período eleitoral e primeiro ano de Governo Lula



Fonte: Risco País: EMBI, JP Morgan; Taxa de Câmbio: Banco Central.

Pelo gráfico, há um claro aumento de incerteza no mercado financeiro e de câmbio principalmente de junho a outubro de 2002, quando fica claro que as chances de vitória de Lula nas eleições são grandes⁴⁸. Observa-se ainda que aparentemente as intenções de voto de Lula não sofreram com essa incerteza financeira – ou seja, a incerteza financeira não teria se transformado em incerteza eleitoral, não havendo motivos para uma redução do campo de reversão de políticas como posto pelo modelo.

Sobre a relação entre intenção de votos e indicadores do mercado financeiro, já se observou que essa seria uma relação recíproca: a piora em um causa uma piora no outro e vice-versa (Bernhard e Leblang, 2006).

Rennó e Spanakos (2006) estudam detalhadamente o impacto do mercado financeiro sobre intenções de voto nas eleições de 1994, 1998 e 2002. Em relação a 2002, eles concluem que⁴⁹:

“o voto em Lula, na verdade, é afetado por três variáveis econômicas: ele se beneficia com o aumento na inflação e com uma maior defasagem do câmbio. Aumentos na Bolsa de Valores de São Paulo levam a um decréscimo de apoio a Lula (...). Já o mesmo não pode ser dito com relação ao efeito da taxa de câmbio. O câmbio tem impacto idêntico no voto em Lula e nos candidatos do governo. Pioras na taxa de câmbio e desvalorização do Real afetam as intenções de voto em Lula e nos candidatos do governo de forma positiva. Quando a taxa de câmbio sobe, também sobe o voto em candidatos do governo.”

Rennó e Spanakos (2006), no entanto, rejeitam a hipótese de que as intenções de voto em Lula tenham alterado indicadores econômicos como inflação, desemprego e a taxa de câmbio, afetando somente o *spread* do C-bond.

A explicação de Rennó e Spanakos (2006) para o efeito da taxa de câmbio é um pouco insatisfatória:

“Uma possível interpretação é que o reflexo das taxas de câmbio nas intenções de voto tenha significados diferentes para eleitores de distintos candidatos. O efeito positivo da taxa de câmbio no voto em candidatos do governo pode significar uma postura de exoneração, isto é, a culpa pela taxa de câmbio subir não é apenas do presidente e ele não é punido por

⁴⁸ O Risco País volta a cair depois das eleições, mas a taxa de câmbio apresenta um pouco mais de inércia. Uma possível explicação para isso era que o medo não era de uma vitória de Lula e sim de uma desestabilização democrática: ou seja, Lula vencer e não conseguir assumir por não fazer parte do grupo que geralmente se elegia no Brasil. Uma vez que o período de transição se mostrou tranquilo e de acordo com a lei, não haveria mais motivos para incerteza.

⁴⁹ Os autores utilizaram as variáveis econômicas defasadas em um período e utilizaram um teste de Granger e um teste multivariado SUR (Seemingly Unrelated Regressions).

isso. Pode, ainda, ser indicio de que o eleitor emprega um cálculo intertemporal, acreditando que o aumento da taxa de câmbio é sinal que o governo é responsável e que melhorias virão no longo prazo. Em uma visão oposta, desvalorização da moeda pode ser vista com uma indicação que a economia vai mal e isto leva ao aumento do apoio à oposição. Em suma, o impacto dúbio da taxa de câmbio, que não discrimina eleitores que apóiam o governo dos que apóiam a oposição, pode indicar que essa variável ativa cálculos de eleitores distintos em distintos eleitores. O fato de a taxa de câmbio apresentar tal resultado confirma em parte o argumento de Stokes⁵⁰ que, em economias em transformação, o impacto de algumas variáveis é mais complexo do que inicialmente esperado. A mesma variável pode ter significados diferentes para distintos eleitores.”

No entanto, essa não é a única literatura a lidar com o efeito de eleições sobre a economia. A literatura que trata do *Political Business Cycle* (termo cunhado por Nordhaus, 1975), observa que em anos eleitorais a oferta de moeda é flexibilizada de modo a diminuir o desemprego e melhorar as chances de reeleição do governo. Isso significaria que não seriam os indicativos eleitorais em si que afetariam indicativos econômicos mas o simples fato de se estar em um ano eleitoral.

Fenolio e Gonçalves (2007) analisam o caso brasileiro recente e observam que, no Brasil, não evidências de que variáveis monetárias (no caso de seu trabalho, a taxa SELIC, principal mecanismo de combate à inflação utilizado pelo Banco Central) é influenciada pela conjuntura eleitoral, sendo determinada por variáveis estritamente econômicas. Ou seja, o fato de ser um ano eleitoral não afeta variáveis monetárias, o que significaria que não se trataria de uma flexibilização do governo e sim, da incerteza da parte do mercado financeiro.

2. Hipótese: Um aumento no grau de polarização partidária ou de distância ideológica entre os partidos reduz o campo de reversão de políticas.

Antes de considerar a situação específica das eleições de 2002, é necessário fazer um comentário acerca das preferências partidárias desde 1985 no Brasil.

Segundo Kinzo e Carreirão (2004) e Kinzo (2005), pouco menos da metade do eleitorado apresentou preferência por algum partido, sem que tal preferência apresentasse tendência de aumento⁵¹ ou queda no período de 1989 a 2002. As

⁵⁰ Stokes (2001a).

⁵¹ Os autores esperavam um aumento na preferência declarada como resultado da experiência eleitoral contínua, algo que não ocorreu.

características de tal preferência são interessantes: somente dois partidos, ao se considerar a média do período analisado, conseguiram obter mais de 10% das manifestações de preferência: o PT e o PMDB. O fato marcante é um aumento claro na preferência declarada pelo PT e uma queda clara na preferência declarada pelo PMDB. Além disso, ambos os trabalhos observam um aumento da manifestação de preferência partidária em níveis mais altos de educação, que supõem que é devido a um maior grau de informação desses eleitores.

Kinzo (2004) também observa o grau de volatilidade partidária, ou seja, o grau em que o eleitorado mudou de um partido para outro em eleições consecutivas. Tal nível seria altíssimo, com grandes variações entre estados, inclusive com crescimento em alguns desses estados. O motivo disso, segundo Kinzo (2004), é que “esse crescimento deve ter a ver com o fato de alguns partidos terem conseguido se expandir nacionalmente, mudando, assim, a dinâmica eleitoral anteriormente estabelecida em alguns Estados. A manutenção de um número bastante elevado de partidos na competição política, obriga-os a se expandir nacionalmente, expansão que ainda se encontra em processo, o que significa que a volatilidade deverá se manter elevada. Ou seja, ainda não se estabeleceu no Brasil um padrão definitivo de apoio partidário. O sistema partidário brasileiro está, portanto, distante de uma consolidação.”

Tais comentários foram feitos, pois dada a estabilidade de preferência partidária no todo e um alto grau de volatilidade partidária no período de 1989 a 2002, não se espera encontrar grande polarização partidária ou aumento na distância entre os partidos relevantes no Brasil. Se fosse esse o caso, esperar-se-ia um movimento muito mais claro na distribuição de preferências partidárias (e não somente um crescimento, mas com níveis ainda inferiores a um quarto do eleitorado, nas manifestações de preferências ao PT; uma queda, e mesmo assim, com a manutenção de níveis ainda não abaixo de 10% das manifestações de preferências partidárias, nas preferências manifestadas ao PMDB; e os demais partidos relevantes continuarem com um nível médio de manifestações em torno de 5%), além de uma redução na volatilidade partidária – dado que uma polarização ou uma maior distância entre os partidos inviabilizaria tal volatilidade.

Além disso, em relação à eleição presidencial de 2002, Carreirão (2004) observa que durante todo o ano de 2002, sempre houve um terceiro candidato

expressivo – inicialmente Roseana Sarney, depois Ciro Gomes e, por último, Anthony Garotinho. Ele observa também que, em alguns momentos, como até abril de 2002, de julho à metade de agosto de 2002, a soma dos votos em outros candidatos que não os dois primeiros ultrapassava as intenções de voto em Lula (o primeiro candidato em intenções de voto), segundo pesquisa do Instituto Datafolha. Além disso, no próprio resultado final do primeiro turno da eleição, José Serra, o segundo candidato mais votado obteve menos votos que os demais candidatos (exceto Lula) somados. Anthony Garotinho, o terceiro candidato, chegou muito perto da votação de José Serra. Logo, a idéia de polarização entre dois candidatos durante o pleito de 2002 não parece fazer muito sentido.

Observado os dados do ESEB – Estudo Eleitoral Brasileiro⁵², conclui-se que quando pedido para posicionar os principais partidos em um continuum de esquerda-direita (e depois direita-esquerda), os entrevistados não conseguem distinguir ideologicamente os partidos – todos os partidos seguem uma distribuição similar em termos de pesos atribuídos por eleitores para direita e/ou esquerda⁵³⁵⁴. A única discrepância é em relação ao PT, em que um percentual maior de pessoas o designou como esquerda:

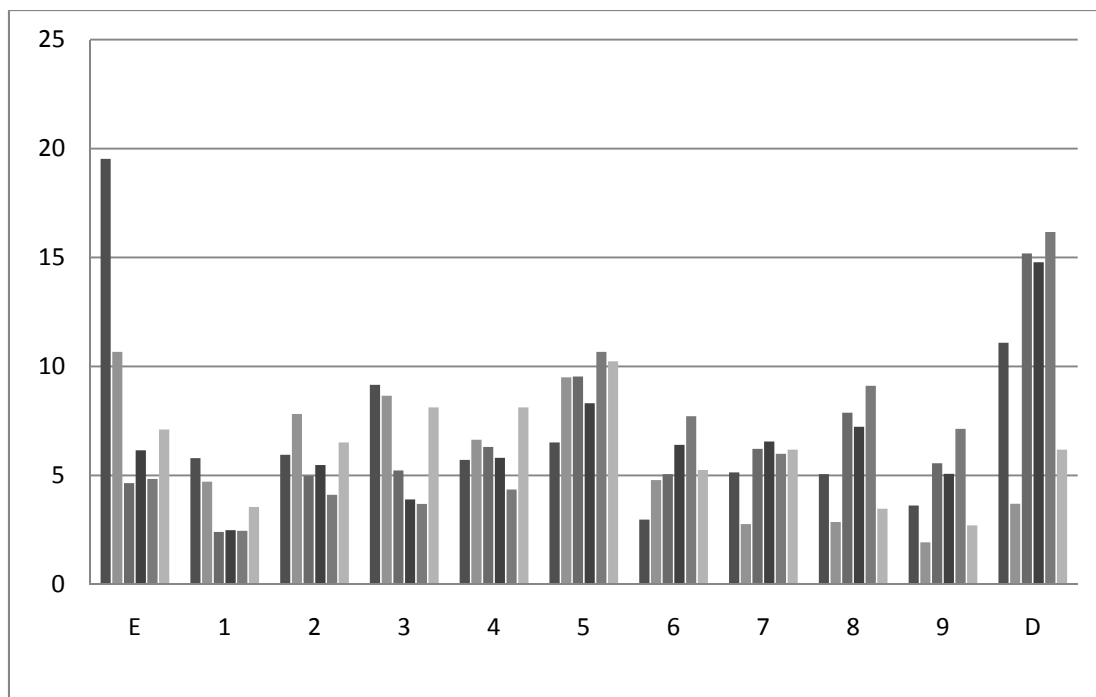
Gráfico 3: Distribuição dos partidos segundo posicionamento atribuído por respondentes do ESEB no continuum esquerda – direita⁵⁵

⁵² Realizado pelo Cesop (Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade de Campinas) em conjunto com o Projeto Comparative Study of Electoral Systems da Universidade de Michigan, Estados Unidos.

⁵³ O posicionamento foi feito tanto esquerda-direita quanto direita-esquerda. Aqui, consta o gráfico esquerda-direita; o gráfico direita-esquerda está no anexo.

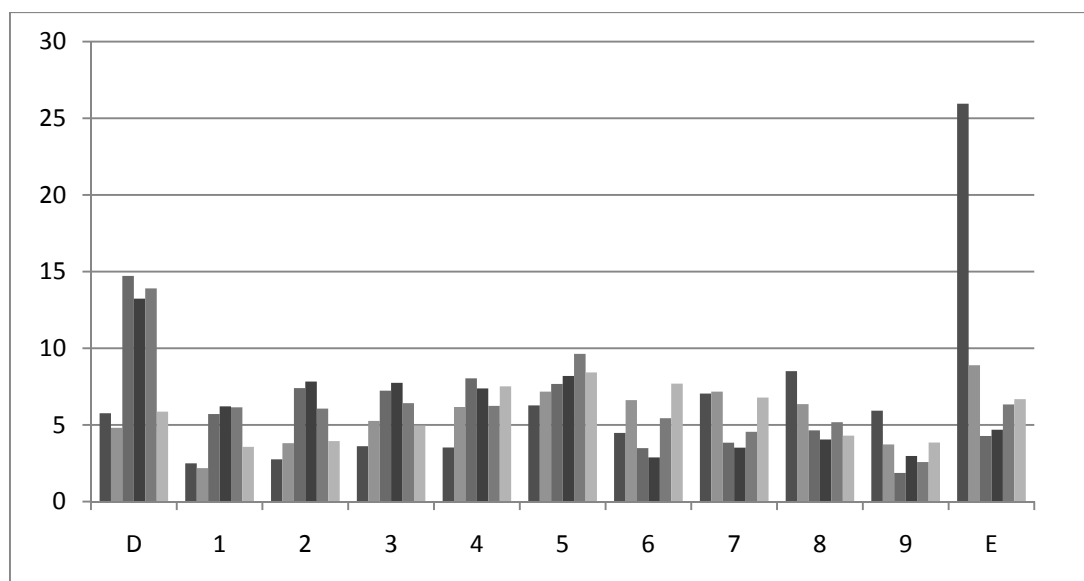
⁵⁴ Carreirão (2007), ao tratar das eleições presidenciais de 2006, utiliza o mesmo critério para argumentar a favor de uma “diluição das diferenças ideológicas entre os partidos (e lideranças políticas)”.

⁵⁵ No eixo das ordenadas está representado o percentual de pessoas que posicionaram naquele ponto do continuum.



Fonte: ESEB 2002.

Gráfico 4: Distribuição dos partidos segundo posicionamento atribuído por respondentes do ESEB no continuum direita – esquerda⁵⁶



Dados do ESEB 2002.

Também se calculou a matriz de correlações entre os partidos:

Tabela 1: Matriz de Correlações entre partidos de acordo com o posicionamento esquerda – direita⁵⁷

⁵⁶ Eixo das ordenadas em percentual de pessoas que posicionaram naquele ponto do continuum.

	PT	PDT	PSDB	PFL	PMDB	PTB
PT	1,000	0,953	0,952	0,950	0,953	0,943
PDT	0,953	1,000	0,969	0,955	0,960	0,951
PSDB	0,952	0,969	1,000	0,968	0,976	0,956
PFL	0,950	0,955	0,968	1,000	0,958	0,957
PMDB	0,953	0,960	0,976	0,958	1,000	0,960
PTB	0,943	0,951	0,956	0,957	0,960	1,000

Número de Observações: 1132

Fonte: Dados do ESEB 2002.

Separando os seis partidos considerados em dois grupos que se espera que sejam mais assemelhados: PT, PDT e PTB por terem uma tradição mais esquerdista que PMDB, PFL e PSDB e considerando que uma maior correlação entre A e B significa maior proximidade no continuum esquerda – direita entre A e B, para se ter uma polarização, seria necessário uma alta correlação entre partidos de um mesmo grupo e baixíssima correlação com partidos do outro grupo. Não é isso que ocorre. Todos os partidos apresentam altíssima correlação entre si, indicando que, aos olhos do eleitor, não há diferença entre eles sob o ponto de vista do posicionamento esquerda – direita. Observando então a matriz de correlações calculada para o posicionamento direita-esquerda, o que se constata é que a situação se repete:

Tabela 2: Matriz de Correlações entre partidos de acordo com o posicionamento direita – esquerda

	PT	PDT	PSDB	PFL	PMDB	PTB
PT	1,000	0,946	0,941	0,944	0,954	0,943
PDT	0,946	1,000	0,965	0,961	0,950	0,964
PSDB	0,941	0,965	1,000	0,962	0,961	0,960
PFL	0,944	0,961	0,962	1,000	0,972	0,968
PMDB	0,954	0,950	0,961	0,972	1,000	0,966
PTB	0,943	0,964	0,960	0,968	0,966	1,000

Número de Observações: 1048

Fonte: Dados do ESEB 2002.

Tendo isso em mente, foi realizado um teste de consistência interna entre os dois posicionamentos e observou-se que os dados se distribuem de forma diferente

⁵⁷ Esperaria-se que os números em negrito fossem próximos de 1 enquanto os que não estão em negrito fossem próximos de zero.

quando se compara o posicionamento esquerda – direita e direita – esquerda⁵⁸. O que se observou é que as duas variáveis aparentemente não se distribuem da mesma forma já que se rejeitou a hipótese de igualdade de variâncias nas duas amostras diferentes (fruto de questionários diferentes).

Em síntese, o que essa discussão mostra é que, de fato, não se pode dizer que o sistema partidário brasileiro é polarizado, nem que há grande distância entre os partidos, pelo menos, não aos olhos dos eleitores.

Se os eleitores não conseguem fazer tal distinção, mesmo que ela exista, ela é, de certa forma, irrelevante, uma vez que o campo de reversão de políticas depende da percepção do eleitor da distância entre os partidos e não dessa distância propriamente dita. Mesmo que no Brasil houvesse acontecido um processo de polarização partidária, ele é irrelevante, pois não foi perceptível ao eleitor. Logo, não se pode dizer que há uma redução do campo de reversão de políticas.

3. Hipótese: Um aumento na incerteza acerca da posição ideológica do candidato no cargo aumenta o campo de reversão de políticas.

Os próprios autores lembram que tal resultado sugere que as reversões de políticas seriam mais comuns em países caracterizados por partidos “catchall” que abrangem um campo heterogêneo do espectro político ou por governos de coalizão – o que seria o caso brasileiro.

Dentro da mesma pergunta feita pelo ESEB considerada no item anterior, ou seja, o pedido de posicionamento ideológico dos partidos, observa-se que a média dos percentuais dos eleitores que, por algum motivo⁵⁹, não conseguiram posicionar o partido no continuum é de quase 30%, nunca inferior a 20%. Tal fato também é considerado por Carreirão (2007), que aponta como evidência da diluição das diferenças ideológicas.

Isso, aliado ao discutido no item anterior, em que o eleitorado parece não conseguir distinguir entre partidos, leva a crer que a incerteza acerca da posição ideológica, pelo menos sob o ponto de vista da percepção do eleitorado, é grande.

⁵⁸ O teste t de Student para comparação de médias e variâncias, além de um gráfico comparando as médias (ajustadas em um mesmo eixo) encontra-se no anexo.

⁵⁹ Os motivos eram desconhecer o partido, ser indiferente ou (a maior fonte de incapacidade), não saber o que é esquerda e direita.

4. Hipótese: Para qualquer política proposta, um político de esquerda (direita) tem mais credibilidade ao dizer que políticas de direita (esquerda) são desejáveis que um de direita.

A análise agora será qualitativa, com a comparação das Reformas do Sistema Previdenciário implementadas por FHC e Lula que culminaram na Emenda Constitucional (EC) 20/1998 e na EC 41/2003, respectivamente.

7.1 Contexto das Reformas:

Segundo Além e Giambiagi (2008), inicialmente, o sistema previdenciário brasileiro foi constituído como um sistema de capitalização (em que aposentadorias são bancadas pelas contribuições feitas ao longo da vida pelos próprios beneficiários) e se tornou um sistema de repartição simples (pay-as-you-go; em que aposentadorias dos inativos são bancadas pelas contribuições dos ativos).

A Constituição de 1988 e legislação posterior teriam garantido direitos como piso único para trabalhadores rurais e urbanos, a existência de aposentadoria proporcional e por tempo de serviço para alguns grupos, correção dos salários de contribuição e redução de idade elegível para aposentadoria de alguns setores que aumentaram de forma considerável as despesas do sistema sem, no entanto, se preocupar com um aumento das receitas. A consequência disso seria o agravamento da situação financeira do sistema.

A situação era especialmente precária na previdência do setor público, onde existiam três agravantes: a possibilidade de aumento de remuneração no momento da aposentadoria, regimes extremamente favoráveis para algumas categorias especiais e a possibilidade de aposentadoria com base no último salário (Além e Giambiagi, 2008).

Tendo isso em vista, a primeira tentativa de promover uma reforma na Previdência Social brasileira foi implementada por FHC em 1995, quando foi submetido ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC). Sobre isso, Giambiagi (2007:98) coloca que

“a rigor, a PEC tinha sido apresentada ao Congresso em 1995, mas as dificuldades políticas verificadas na tramitação da matéria fizeram que a aprovação dela demorasse quase quatro anos. A bem da verdade, inclusive, pode-se dizer que essa reforma (constitucional) só foi aprovada pelas condições muito particulares da época em que a matéria foi à

votação em última instância, no contexto de uma acentuada fuga de capitais: no final de 1998 e em uma tentativa desesperada, mediante sinalização ao mercado, de dar uma demonstração de comprometimento do país com as reformas para reconquistar a confiança deste, nas semanas nervosas que precederam a desvalorização cambial de janeiro de 1999. Fossem outras circunstâncias e talvez a reforma não tivesse sido aprovada, no contexto da época, em que o tema ainda estava muito longe de estar sedimentado no seio da opinião pública.”

Apesar desse contexto desesperado, Giambiagi (2007) caracteriza a reforma que culminou na EC 20/1998 como inócua, por depender de regulamentação posterior e por ter sido incremental: elevação de idade mínima de aposentadoria dos entrantes do serviço público (não apresentando, portanto, solução para o problema no momento) e a desconstitucionalização das regras de aposentadorias para os regidos pelo sistema geral do INSS.

Ainda no governo FHC foi aprovada a Lei do Fator Previdenciário, segundo a qual a média dos 80% maiores salários seriam multiplicada por fator previdenciário, cujo tamanho era proporcional à idade e ao tempo de contribuição.

No primeiro mandato de Lula, a Previdência Social sofreu nova reforma (EC 41/2003), afetando principalmente o funcionalismo público, com a taxação de inativos, a adoção de regras mais rigorosas para aposentadoria integral e a antecipação do aumento da idade mínima elegível para aposentadoria a todos e não somente os novos entrantes (Giambiagi, 2007). Além disso, aumentou-se o teto contributivo do INSS. Em relação a essa reforma, Giambiagi (2007:105) lembra ainda do papel do Supremo Tribunal Federal (STF): “há que lembrar que uma coisa é o que o governo propunha no início do processo de tramitação da PEC e outra muito diferente é o que acabou de fato sendo aprovado após a revisão do que com o tempo no Brasil acabou sendo uma espécie de ‘terceira casa’ legislativa – além da Câmara dos Deputados e do Senado -, uma vez que quase todas as questões controversas acabam sendo objeto de deliberação posterior por parte do Supremo Tribunal Federal (STF).”

A conclusão que Giambiagi (2007:106) chega acerca de ambos os grupos de reforma, tanto as do governo FHC como a do governo Lula, é que “ambos [FHC e Lula] investiram muito capital político e sofreram grande desgaste, para fazer reformas da Previdência Social com resultados, porém, pobres, no sentido de que não impediram o aumento contínuo da relação entre o que se gasta com aposentadorias e pensões e o PIB.

Pessoalmente, entendo que as razões devem ser encontradas no caráter incremental das reformas.”

7.2 A Política da Reforma:

Deve-se ter em mente que os dois grupos de reforma foram aprovados em momentos muito diferentes de governo. A de FHC foi aprovada, como colocado acima por Giambiagi (2007), no desespero, como tentativa mal sucedida de evitar uma crise depois de quase quatro anos no Congresso; além disso, como noticiado reportagem da Folha de São Paulo contemporânea ao Governo FHC⁶⁰, de 1997 a 2001, a bancada governista de FHC apresentava tendência de retração, com a perda de mais de 30 deputados. Isso se traduzia na dificuldade de aprovação no Congresso; no entanto, a situação era consideravelmente mais folgada que a de Lula em 2003, uma vez que FHC contava com o apoio de partidos maiores. Em 2003, Lula acabara de ser eleito com razoável folga tanto no primeiro como no segundo turno das eleições, mas no Congresso contava somente com o apoio do PT e de partidos menores, como PC do B, PL, PDT, PPS, PSB e PMN – e, como Samuels (2006) coloca, com uma grande dificuldade de construir uma coalizão de governo.

De qualquer forma, como apontado por Giambiagi (2007), ambos os presidentes investiram um alto nível de capital político nas aprovações. No entanto, o que se percebe, observando o alinhamento político necessário à aprovação, é que Lula pode contar mais com o apoio da oposição (que incluía entre outros, parte do partido de FHC, o PSDB), do que FHC (a oposição contra a reforma de FHC incluía o próprio PT). Ou seja, o fato que salta os olhos aqui é que parte do PT⁶¹ passou a favorecer uma reforma previdenciária – o que não tinha ocorrido de forma considerável em 1998.

⁶⁰ Folha de São Paulo, 20 de maio de 2001.

⁶¹ Somente parte do partido, pois a reforma previdenciária empreendida por Lula foi responsável por grande racha dentro do partido que culminou com a saída não amigável de membros relevantes do partido. Sobre isso, Samuels (2006) coloca: “os problemas de Lula começaram quando sua base à esquerda se opuseram a sua Reforma Previdenciária. Essa reforma só passou, pois Lula ignorou sua base e buscou apoio na oposição do PSDB, PFL e no PMDB, que na época não era formalmente nem governo nem oposição. É nesse ponto que a crítica do abandono de Lula do modo petista de governar se intensificou. Depois que a Reforma da Previdência passou, um dos partidos mais à esquerda no Governo de Lula renunciou ao governo. Pior ainda, expondo fraturas internas não solucionáveis no que observadores há muito consideravam o partido mais coeso do Brasil, o PT expulsou diversos membros que persistentemente se opuseram à Reforma.”

Duas considerações devem ser feitas: as propostas da EC 41/2003 eram tidas como mais controversas que a EC 20/1998, até pelo fato dela tornar eficaz imediatamente um dos pontos da reforma anterior (a idade mínima – com a EC 20/1998, vigorava só para entrantes, com a EC 41/2003 isso foi expandido), uma vez que FHC não tinha o apoio para isso e pelo fato do grosso de seus principais pontos, como observado por Giambiagi (2007), ter passado pelo crivo do Supremo Tribunal Federal devido à controvérsia legal acerca da reforma. Apesar disso, a EC 41/2003 levou consideravelmente menos tempo e teve apoio considerável da oposição – o que a EC 20/1998 não pode contar. Logo, o argumento que se faz aqui é que Lula conseguiu passar uma reforma mais “difícil” (que FHC não conseguiu) exatamente por estar mais à esquerda que FHC e ter mais credibilidade para propor isso até para seu próprio partido, que enxergaria tal proposta com desconfiança se viesse de um político com um histórico ideológico diferente do de Lula.

A parcela de apoio da oposição não é o único fato que faz com que se tenha a impressão que a EC 41/2003 teve aprovação mais fácil que a EC 20/1998. Além do curto processo de aprovação da primeira frente ao da segunda, como já apontado por Giambiagi (2007) anteriormente, este autor ainda coloca que “a reforma da Previdência Social é um processo em que medidas que inicialmente não são aceitas pela sociedade acabam vingando anos depois, quando ela se convence de que são inevitáveis. Foi assim com a reforma dos servidores do governo Lula, que FHC não tinha tido condições de aprovar, e que acabou amadurecendo e sendo votada no governo de seu sucessor.” (Giambiagi, 2007:107).

O que se propõe aqui é, no entanto, uma explicação diferente e talvez até complementar à de Giambiagi (2007). Lula é um ator percebido pelo eleitorado e, principalmente, pelo PT como mais à esquerda do que FHC, de modo que se Lula propunha esse tipo de medida era porque tais medidas eram realmente necessárias – ou seja, a situação também poderia ser entendida como uma situação de desespero, como fora em 1998, mas de forma muito mais crível para os membros e eleitores do PT, pois dessa vez a análise vinha de um dos seus membros que, dado seu histórico de mais de vinte anos na política brasileira, não precisava mais lhes convencer de seu apoio, seu posicionamento ideológico e consideração por suas causas. Ou seja, por estar mais à esquerda, Lula teria tido maior credibilidade (e, logo, maior sucesso) ao propor uma reforma como a EC 41/2003 do que FHC, que era tido como um político mais à direita

e, portanto, com interesses ideológicos na questão e que seria visto com desconfiança pela parte mais à esquerda do eleitorado e Congresso.

Em relação ao modelo de Alesina e Cukierman (1990), a análise segue da seguinte forma:

1. Hipótese: a visão dos eleitores e suas ações subseqüentes são influenciadas pelos resultados de políticas durante o mandato do candidato (voto retrospectivo).

Isso já é bem estabelecido na literatura brasileira. Ou seja, há consenso na literatura de que a variável explicativa chave do voto em eleições presidências no Brasil é o voto retrospectivo⁶².

2. Hipótese: o candidato no cargo tende a escolher políticas que representam um compromisso entre sua posição ideológica e a de seu oponente para mascarar sua posição verdadeira.

Rizzi (2009:4-5) coloca que “Lula decidiu trocar parte da velocidade na transformação da sociedade em direção ao seu ponto ótimo por um crescimento na probabilidade de vencer. Ele manteve suas preferências pró-pobres, mas passou a colocar mais peso na necessidade inexorável de ser eleito para implementar suas políticas preferidas.” Ou seja, o argumento que será explorado aqui e embasado em Rizzi (2009) é que Lula mascarou sua posição ideológica para obter ganhos incrementais e/ou em outras áreas, como política social.

Deve-se lembrar que, da discussão feita no início do trabalho, a maioria dos modelos espaciais lidam com uma dimensão, no máximo duas dimensões, de política. O motivo disso é a complexidade do modelo quando se considera um ambiente multidimensional. No entanto, a realidade se aproxima desse ambiente multidimensional e não seria adequado considerar que a única preocupação de Lula e o PT, ou até mesmo, sua mais importante preocupação, seja a política econômica.

⁶² Para analisar de uma forma diferente (sobre a opinião de Lula e não sobre intenção de voto), a variação aprovação do atual governo foi considerada na regressão a ser discutida na hipótese 3. Seus efeitos serão discutidos, portanto, adiante.

Como argumentado por Samuels (2006) e mencionado anteriormente, existiriam certos “princípios petistas” (maior participação popular na determinação de políticas, reversão de políticas e investimentos prioritários em favor dos pobres e maior transparência e honestidade) que norteariam tanto o partido e seus candidatos. Quando se mencionou isso, se argumentou que tais princípios não foram implementados de forma enfática desde que Lula se elegeu Presidente. No entanto, principalmente em relação ao segundo princípio (as preferências pró-pobres de que fala Rizzi (2009)), não se pode negar que, mesmo que não haja uma mudança qualitativa nas políticas sociais implementadas por Lula – pode-se argumentar um continuísmo em relação às políticas implementadas por FHC – a intensidade em termos de volume de recursos e a relevância para a imagem do governo que essas políticas adquiriram durante o governo Lula é sem precedentes (Haggard e Kaufman, 2008).

Programas de redistribuição de renda como a Bolsa Família, criado pela unificação de programas já existentes no Governo FHC, mas com um nível de recursos muito maior – podem ser considerados como um dos legados (bons ou ruins) do Governo Lula e que, pelo menos a médio prazo, tendem a ser permanentes. Seu impacto sobre as eleições de 2006 já é estudado (Marques et al, 2007; Hunter e Power 2007, por exemplo). Além disso, já há indícios que será relevante também para as eleições presidenciais de 2010, senão no desenho eleitoral, pelo menos na necessidade de defesa de sua continuidade⁶³.

Ou seja, mesmo que na área econômica Lula tenha implementado políticas que criticara no passado, é inegável que tal plataforma o elegeu e permitiu que ele implementasse outros tipos de políticas, que não seriam implementadas (ou intensificadas) caso outro partido tivesse vencido a eleição. Os louros dessa política social mais intensa já foram colhidos em 2006 e há quem diga que o governo Lula causou um realinhamento eleitoral no país, com uma perda de apoio da classe média e ganho do apoio das classes pobres para Lula, revertendo tendência histórica (Singer, 2009).

⁶³ Segundo reportagem do jornal O Globo de 4 de fevereiro de 2010, a insinuação do futuro incerto do programa Bolsa Família fez com que um partido da oposição, PSDB, tivesse que negar que, caso eleito, acabaria com o programa.

Ou seja, havia incentivos para que Lula escondesse sua (real?) posição econômica: para que ele fosse capaz de implementar sua posição social, a qual atribuía maior valoração.

1. Conclusão do modelo: para algumas configurações de distribuição de eleitores e de posições ideológicas dos partidos, o candidato no cargo pode considerar vantajoso criar procedimentos que não revelam completamente sua verdadeira posição ideológica ao público.

Os autores citam como exemplos os comitês do Congresso Americano que impedem que consiga determinar com certeza que legislador é responsável por que legislação. Na presente discussão, o que se tenta estabelecer é se de fato houve ambigüidade nas propostas e políticas de Lula (para os páreos de 2002 e 2006). Em outras palavras, investigar se os eleitores sabiam, de fato, em quem estavam votando. Assim, dessa conclusão se constrói a seguinte hipótese:

1.1. **Hipótese:** O “Lula de 2002” e o “Lula de 2006” não seriam o mesmo candidato na visão dos eleitores. Grupos de entrevistados mudariam sua opinião de Lula de um ano por outro por se tratar de candidatos diferentes.

O grande foco dessa parte do trabalho será determinar em que candidato os eleitores em 2002 de fato votaram: o Lula “histórico” ou o Lula “paz e amor”. Isso é feito através dos determinantes da opinião acerca de Lula e do PT tanto em 2002 (opinião pré-voto retrospectivo) e 2006 (opinião pós-voto retrospectivo), pois se parte da premissa que em 2006 os eleitores já soubessem com certeza que tipo de político Lula era, enquanto em 2002 isso ainda era incerto.

Como se está tratando de elementos que transcendem uma eleição, dentro da discussão empreendida na seção acerca de Determinantes do Voto, o foco aqui será em variáveis de longo prazo – afinal de contas, a hipótese a ser testada aqui é que o Lula aos olhos dos eleitores em 2002 (e, portanto, antes dele exercer um cargo executivo) é diferente do Lula aos olhos dos eleitores em 2006 (após o cargo executivo).

Logo, a variável dependente aqui é a opinião dos entrevistados sobre Lula⁶⁴. A variável dependente foi originada no ESEB no item em que os entrevistados deveriam atribuir notas de 0 a 10 a Lula.⁶⁵

Todas as variáveis independentes consideradas são tidas como de longo prazo, ou seja, não específicas àquela eleição em particular – exatamente por esse caráter que, supostamente, transcende eleições específicas. Elas são⁶⁶: posicionamento no continuum esquerda – direita de Lula, do PT e do próprio eleitor, rejeição aos principais partidos brasileiros (PFL, PSDB, PMDB e PT), sexo, idade, escolaridade, representatividade partidária, filiação a sindicato e à associação profissional e indicativo de Bolsa família. A variável Indicativo de Bolsa Família foi uma tentativa de tentar captar se o entrevistado era um recipiente ou não de recursos do Programa Bolsa Família. A idéia foi considerar a renda per capita, calculada a partir da renda mensal familiar declarada e o número de pessoas no domicílio e, a partir disso, criar uma dummy para considerar se essa renda per capita calculada foi maior ou menor que R\$ 100. Ela não é uma variável ideal, mas como o ESEB não fez pergunta referente a esse tema e achou-se que esse tema é relevante para a definição da opinião sobre Lula de pelo menos parte do eleitorado, tentou-se, de alguma forma, tentar captar esse impacto.

Tabela 3: Regressão OLS com termos iterativos para os anos de 2002 e 2006

⁶⁴ O motivo para a escolha da variável opinião sobre Lula em detrimento da variável intenção de voto em cada eleição como usualmente é feito na literatura é que essa última está relacionada não só com o que os entrevistados pensam de Lula, mas também com o que pensam dos demais candidatos, uma vez que por mais que se goste de um candidato pode-se escolher não votar nele por haver outro candidato no páreo que se prefira. Dessa forma, para não captar esse tipo de efeito, optou-se pela variável opinião sobre Lula.

⁶⁵ A recodificação dessa variável feita para as regressões logit multinomiais que constam no anexo está descrita no anexo A.

⁶⁶ As recodificações das demais variáveis são descritas no anexo.

Variável	Coefficiente	Erro Padrão Robusto	Significância estatística
Posicionamento do PT Esquerda - Direita	-0,0047	0,0030	5%
Auto Posicionamento Esquerda - Direita	-0,0053	0,0019	1%
Posicionamento de Lula Esquerda - Direita	0,0017	0,0031	5%
Filiação a Sindicato	-0,0070	0,0087	-
Filiação a Associação Profissional	-0,0069	0,0143	-
Rejeição ao PT	0,0070	0,0026	1%
Rejeição ao PFL	-0,0018	0,0027	5%
Rejeição ao PMDB	-0,0069	0,0040	-
Rejeição ao PSDB	0,0013	0,0040	10%
Idade	-0,8260	0,0450	1%
Escolaridade	-1,2717	0,1232	1%
Indicativo de Bolsa Família	-0,9964	0,1356	1%
Sexo	-1,1530	0,1202	1%
Representação Partidária	-0,0257	0,0015	1%
Posicionamento do PT Esquerda – Direita (iterativa)	0,0107	0,0053	5%
Auto Posicionamento Esquerda – Direita (iterativa)	-0,0006	0,0044	5%
Posicionamento de Lula Esquerda – Direita (iterativa)	0,0039	0,0058	-
Filiação a Sindicato (iterativa)	0,5641	0,2011	1%
Filiação a Associação Profissional	0,4189	0,2352	5%
Rejeição ao PT (iterativa)	-0,0115	0,0045	1%
Rejeição ao PFL (iterativa)	0,0087	0,0045	5%
Rejeição ao PMDB (iterativa)	0,0036	0,0057	10%
Rejeição ao PSDB (iterativa)	0,0008	0,0058	-
Idade (iterativa)	0,9608	0,0639	1%
Escolaridade (iterativa)	1,3974	0,1643	1%
Indicativo de Bolsa Família (iterativa)	1,1908	0,1927	1%
Sexo (iterativa)	1,8401	0,1771	1%
Representação Partidária (iterativa)	0,0199	0,0019	1%
Constante	5,7937	0,1825	1%

Número de Observações: 3442

R2: 0,4714

Há diferença de um pleito para o outro se ambas as variáveis (a iterativa e a não iterativa) forem estatisticamente significativas. Isso ocorre para as variáveis Posicionamento do PT Esquerda – Direita, Auto Posicionamento Esquerda – Direita, Rejeição ao PT, Rejeição ao PFL, Idade, Escolaridade, Indicativo de Bolsa Família, Sexo e Representação Partidária.

Resumindo os resultados tem-se que quanto mais a direita o eleitor se posiciona, menos ele gosta de Lula (com efeito maior em 2006), quanto mais a direita o eleitor posiciona o PT, menos ele gosta de Lula (com efeito menor em 2006), quanto mais a direita o eleitor posiciona Lula, mais ele gosta de Lula (sem diferença significativa entre os dois anos). Quanto maior a rejeição ao PT, mais se gosta de Lula

em 2002, mas menos se gosta de Lula em 2006; quanto maior a rejeição ao PFL, menos se gosta de Lula em 2002 e mais se gosta de Lula em 2006 e uma rejeição ao PSDB faz com que se goste menos de Lula, sem diferenças significativas entre os dois anos. Idade e escolaridade em 2002, quanto maior, menos se gosta de Lula, mas o efeito é revertido em 2006, o mesmo ocorrendo com o indicativo de Bolsa Família e sexo. E, por fim, quanto mais a direita é o partido que representa o entrevistado, menos se gosta de Lula, mas o efeito é amenizado em 2006.

Os efeitos, como se observa, muitas vezes vão em direções contrárias: variáveis como a representação partidária, o posicionamento do PT e o posicionamento de Lula, levam a crer que a moderação de 2006 frente a 2002 fez com que se gostasse mais de Lula, mas outras variáveis dão a idéia contrária, como o próprio posicionamento do eleitor. De qualquer forma, o que se observa é que as variáveis com maiores efeitos são as que também apresentam a maior reversão de efeitos: escolaridade, idade, renda (indicativo de bolsa família) e sexo, o que leva a crer que Lula estaria passando por um processo de mudança de base eleitoral, uma vez que determinados grupos mudaram sua forma de pensar sobre ele, com possíveis conseqüências sobre o voto⁶⁷.

Para aprofundar a análise, considerou-se também o único fator de curto prazo cujas informações estavam disponíveis para os dois anos, a Aprovação Governamental. O objetivo aqui é ver como essa opinião já fundamentada em ações (já que os entrevistados já conheciam Lula como governante em 2006) afeta a opinião sobre ele.

Tabela 4: Regressão OLS com termos iterativos para os anos de 2002 e 2006 (considerando aprovação)

⁶⁷ Alguns autores estudaram essa possível mudança de base eleitoral e constaram que em 2006 o voto para Lula se tornou menos urbano (mais rural), em cidades menores e com eleitores mais pobres, corroborando a idéia apresentada aqui (por exemplo, Brustlein et al, 2009; Ferreira et al, 2009; Soares e Terron, 2008).

Variável	Coefficiente	Erro Padrão Robusto	Significância estatística
Posicionamento do PT Esquerda - Direita	-0,0023	0,0030	-
Auto Posicionamento Esquerda - Direita	-0,0039	0,0017	5%
Posicionamento de Lula Esquerda - Direita	-0,0007	0,0030	-
Filiação a Sindicato	-0,0099	0,0078	-
Filiação a Associação Profissional	0,0055	0,0123	-
Rejeição ao PT	0,0000	0,0028	-
Rejeição ao PFL	-0,0005	0,0023	-
Rejeição ao PMDB	-0,0061	0,0034	10%
Rejeição ao PSDB	0,0035	0,0035	-
Idade	-0,6047	0,0433	1%
Escolaridade	-1,1185	0,1159	1%
Indicativo de Bolsa Família	-0,7636	0,1262	1%
Sexo	-0,8920	0,1156	1%
Aprovação do Governo	-2,8509	0,1467	1%
Representação Partidária	-0,0220	0,0014	1%
Posicionamento do PT Esquerda – Direita (iterativa)	0,0068	0,0051	-
Auto Posicionamento Esquerda – Direita (iterativa)	-0,0028	0,0043	-
Posicionamento de Lula Esquerda – Direita (iterativa)	0,0067	0,0056	-
Filiação a Sindicato (iterativa)	0,5394	0,1957	1%
Filiação a Associação Profissional	0,4187	0,2282	10%
Rejeição ao PT (iterativa)	-0,0035	0,0045	-
Rejeição ao PFL (iterativa)	0,0076	0,0043	10%
Rejeição ao PMDB (iterativa)	0,0032	0,0052	-
Rejeição ao PSDB (iterativa)	-0,0016	0,0055	-
Idade (iterativa)	0,6694	0,0645	1%
Escolaridade (iterativa)	1,0932	0,1590	1%
Indicativo de Bolsa Família (iterativa)	0,7875	0,1849	1%
Sexo (iterativa)	1,4366	0,1749	1%
Representação Partidária (iterativa)	0,0142	0,0019	1%
Aprovação do Governo (Iterativa)	2,2745	0,1900	1%
Constante	6,7767	0,1854	1%

Número de Observações: 3442

R2: 0,5039

Primeiramente observa-se uma leve melhora no poder explicativo do modelo, evidenciado pelo R^2 (0,5039 agora; antes era de 0,4714). No entanto, o que se observa é que a maior parte das variáveis de longo prazo não é estatisticamente significativa ou então não apresenta diferença estatística de um ano para o outro quando se considera a aprovação do governo.

As variáveis com os maiores efeitos na regressão anterior continuam com significância estatística e com a reversão de efeitos de um ano para o outro observada anteriormente.

A variável aprovação do governo é negativa para ambos os anos mas o efeito é muito maior em 2002, o que faz sentido dado que em 2002 o governo era de oposição a Lula, enquanto em 2006 era o próprio Lula. O fato do efeito ter sido amenizado, mas ainda negativo, leva a crer que esse não é o fator determinante para a opinião acerca de Lula: mesmo que o entrevistado avalie o governo Lula bem, isso não o leva a ter uma melhor opinião de Lula – isso é determinado pelos outros fatores mencionados.

O que se observa em ambas as situações é que houve uma mudança no grupo que tinha uma boa opinião de Lula de 2002 a 2006 e essa mudança possivelmente ocorreu devido ao maior conhecimento do entrevistado acerca de Lula em 2006, em comparação com 2002.

8 CONCLUSÕES:

O objetivo do presente trabalho era investigar como poderia ser vista a eleição presidencial de 2002 frente à literatura de reversão de políticas e modelos espaciais de eleição. A dúvida surgia pelo fato do candidato vitorioso ter sofrido um grande processo de moderação que culminou com o fato das políticas implementadas uma vez eleito serem contraditórias em relação às políticas que ele e seu partido defendiam desde os tempos de formação e de que forma isso significou uma “enganação” do eleitorado.

A conclusão a que se chegou é que houve mudança no grupo que tinha uma boa opinião de Lula, mudança relacionada principalmente com fatores como escolaridade, sexo, renda e idade. Isso indicaria que Lula seria dois candidatos diferentes aos olhos dos entrevistados: um em 2002 e um em 2006. Tentou-se argumentar isso através da comparação dos determinantes de tal opinião em 2002 (antes de Lula exercer um cargo executivo) e em 2006 (depois que Lula já havia exercido um mandato de cargo executivo). Além disso, observou-se que uma boa observação do governo Lula não leva a uma melhor opinião acerca de Lula, o que pode ser indicativo de um desencantamento da parte do eleitorado devido à quebra de mandato.

Logo, voltando aos questionamentos colocados no início do trabalho acerca do posicionamento de Lula como um candidato de esquerda em questões econômicas, o que se conclui é que Lula, em 2002, não teria sido tão claro, na visão do eleitorado, sobre o que implementaria; ou pelo menos não implementou da maneira que propunha. Logo, dentro da discussão empreendida acerca de representatividade e *responsiveness* no começo do trabalho, parece que Lula violou seu mandato, mas que isso lhe garantiu um novo grupo de suporte, não prejudicando suas chances de reeleição em 2006. No entanto, ainda não é possível saber se esse efeito é permanente uma vez que é necessário observar se essa moderação do PT (pois Lula não pode mais concorrer à presidência) é permanente e como o eleitorado se comportaria com outro petista que não Lula propondo o que Lula propôs durante seu governo.

9 REFERÊNCIAS:

- Aldé, Alessandra, 2003. “As Eleições Presidenciais de 2002 nos Jornais”. *Alceu*, 3, 6, Janeiro/Junho: 93-121.
- Além, Ana Cláudia e Fabio Giambiagi, 2008. *Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 3ª Ed.
- Alesina, Alberto, 1988. “Credibility and Policy Convergence in a Two-Party System with Rational Voters”. *The American Economic Review*, 78, 4, September: 796-805.
- Alesina, Alberto e Alex Cukierman, 1990. “The Politics of Ambiguity”. *The Quarterly Journal of Economics*, 105, 4: 833-850.
- Alston, Lee, Marcus André Melo, Bernardo Mueller e Carlos Pereira, (2006). “Political Institutions, Policymaking Processes and Policy Outcomes in Brazil”. Inter-American Development Bank Working Paper no. R-509.
- Bernhard, William e David Leblang, 2006. “Polls and Pounds: Opinion and Exchange Rate Behavior in Britain”. *Quarterly Journal of Political Science*, 2006, 1, pp. 25-47.
- Brustlein, V., D. Hees, C. Jacob e P. Waniez. 2009. “A Eleição Presidencial de 2006 no Brasil: continuidade política e mudança na geografia eleitoral”. *Alceu*, v. 10, no. 9, jul/dez, 232-261.
- Carreirão, Yan. 2002. *A Decisão do Voto nas Eleições Presidenciais Brasileiras*. Florianópolis/Rio de Janeiro: Editora da UFSC/Editora FGV.
- Carreirão, Yan. 2004. “A Eleição Presidencial de 2002: Uma Análise Preliminar do Processo e dos Resultados Eleitorais”. *Revista de Sociologia e Política*, 22, Junho: 179-194.
- Carreirão, Yan. 2007. “Identificação Ideológica, Partidos e Voto na Eleição Presidencial de 2006”. *Opinião Pública*, 13, 2.
- Carreirão, Yan de Souza e Pedro Alberto Barbeta, 2004. “A Eleição Presidencial de 2002: A decisão do Voto na Região da Grande São Paulo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19, 56, pp. 75-93.
- Carreirão, Yan de Souza e Maria D’Alva Kinzo, 2004. “Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989/2002)”. *Dados*, 47 (1), pp. 131-168.

- Congleton, Roger D., 2004. “The Median Voter Model.” In: Charles K. Rowley and Friedrich Schneider, eds., *The Encyclopedia of Public Choice 2*: 382-386.
- Cukierman, Alex e Mariano Tommasi, 1998. “When Does It Take a Nixon To Go To China?” *The American Economic Review*, 88, 1, Mar:180:197.
- Downs, Anthony, 1957. *An Economic Theory of Democracy*. Addison Wesley.
- Eisenberg e Vianna (2002). “A Atração Pelo Centro”. In: Vianna, Luiz Werneck, 2006. *Esquerda Brasileira e Tradição Republicana: Estudos de Conjuntura sobre a Era FHC-Lula*, Rio de Janeiro: Revan.
- Feddersen, Timothy, Itai Sened e Stephen Wright, 1990. “Rational Voting and Candidate Entry Under Plurality Rule.” *American Journal of Political Science*, 34:1005-1016.
- Fenolio, Fernando e Carlos Eduardo Gonçalves. 2007. “Ciclos Eleitorais e Política Monetária: Evidências Para o Brasil”. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 37, 3, dezembro.
- Ferreira, M., M. Leite, R. Marques e A. Mendes. 2009. “Discutindo o papel do Programa Bolsa Família na decisão das Eleições Presidenciais Brasileiras de 2006.” *Revista de Economia Política*, 29, 1, março.
- Figueiredo, Marcus, 2008. *A Decisão do Voto: Democracia e Racionalidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2ª Ed.
- Fiorina, Morris, 1981. *Retrospective Voting in American National Elections*. New Haven: Yale University Press.
- Giambiagi, Fabio, 2004. “Rompendo com a Ruptura: o Governo Lula (2003-2004). In: Giambiagi et al (orgs.), 2004. *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro, Editora Campus.
- Giambiagi, Fabio, 2007. *Reforma da Previdência: O Encontro Mercado*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2ª Ed.
- Grossman, Gene e Elhanan Helpman, 2001. *Special Interest Politics*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Haggard, Stephen e Robert Kaufman. 2008. *Development, Democracy and Welfare States – Latin America, East Asia, Eastern Europe*. Princeton: Princeton University Press.

- Hunter, Wendy e Timothy Power, 2007. “Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006”. *Latin American Politics and Society*, 49, 1, Spring, 2007, pp. 1-30.
- Kinzo, Maria D’Alva, 2004. “Partidos, Eleições e Democracia no Brasil pós-1985”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19, 54, Fevereiro.
- Kinzo, Maria D’Alva, 2005. “Os Partidos no Eleitorado: Percepções Públicas e Laços Partidários no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20, 57, Fevereiro.
- Marques, Rosa, Áquilas Mendes, Marcel Leite e Mariana Ferreira, 2007. “Discutindo o Papel do Bolsa Família na Decisão das Eleições Presidências Brasileiras de 2006”. Texto Para Discussão. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Morris, Dick, 2004. *Juegos del Poder*. Buenos Aires: El Ateneo.
- Niemi, Richard e Herbert Weisberg, 2001. *Controversies in Voting Behaviour*. Washington, DC: CQ Press.
- O’Donnell, Guillermo. 1994. “Delegative Democracy?”. *Journal of Democracy*, 5 (1): 55-69.
- Pappi, Franz (1998). “Political Behavior: Reasoning Voters and Multi-Party Systems”. In: Goodin, Robert E. e Hans-Dieter Klingemann (org.). *A New Handbook of Political Science*. Oxford University Press.
- Przeworski, Adam, Susan Stokes e Bernard Manin, 2006. Elections and Representation. *Lua Nova*.
- Rennó, Lúcio, 2007. Escândalos e Voto: as Eleições Presidenciais Brasileiras de 2006. *Opinião Pública* 13 (2), Novembro, pp. 260-282.
- Rennó, Lúcio e Anthony Spanakos, 2006. “Fundamentos da Economia, Mercado Financeiro e Intenção de Voto: As Eleições Presidenciais Brasileiras de 1994, 1998 e 2002”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 49, 1, pp. 11-40.
- Rizzi, Renata (2009). “Theoretical Explanations for the Lula Phenomenon”. Universidade de São Paulo. *Mimeo*.
- Samuels, David, 2004a. “As Bases do Petismo”. *Opinião Pública*, 10, 2, Outubro: 221-241.
- Samuels, David, 2004b. “Sources of Mass Partisanship In Brazil”. *Latin American Politics and Society*, 48, 2.

- Samuels, David, 2006. “Brazilian Democracy Under Lula and the PT”. Prepared for the conference on “Constructing Democratic Governance in Latin America,” The Inter-American Dialogue, Washington DC, September 28-29, 2006.
- Shepsle, Kenneth e Barry Weingast (1981). “Structure-Induced Equilibrium and Legislative Choice”. *Public Choice*, 37:503-519.
- Singer, André, 1999. *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro*. São Paulo: EdUSP/FAPESP.
- Singer, André, 2009. “Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo”. *Novos Estudos CEBRAP*, 85, Novembro, pp. 83-102.
- Soares, Gláucio e Sonia Terron. 2008. “Dois Lulas: a Geografia Eleitoral da Reeleição (Explorando Conceitos, Métodos e Técnicas de Análise Geoespacial)”. *Opinião Pública*, 14, 2, novembro.
- Stokes, Susan, 2001a. *Mandates and Democracy: Neoliberalism by Surprise in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Stokes, Susan, 2001b. *Public Support for Market Reforms in New Democracies*. Cambridge: Cambridge University Press.

10 OUTRAS FONTES:

- ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro) – 2002.
- ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro) – 2006.
- Ipeadata.
- Instituto Datafolha.
- < <http://www.ats.ucla.edu/stat/stata/dae/mlogit.htm>>, acessado em 13 de fevereiro de 2010.
- Jornal O Globo, Reportagem “Para PSDB, PT faz ‘terrorismo’ com mensagem sobre recadastramento do Bolsa Família. Governo Nega Acusação” de Catarina Alencastro de 4 de fevereiro de 2010, < <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2010/02/03/para-psdb-pt-faz-terrorismo-com-mensagem-sobre-recadastramento-do-bolsa-familia-governo-nega-acusacao-915773868.asp>>, acessado em 13 de fevereiro de 2010.
- Jornal Folha de São Paulo, Reportagem “Bancada de FHC no Congresso sofre retração” de Marcelo Puls de 20 de maio de 2001, <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u20051.shtml>>, acessado em 13 de fevereiro de 2010.

11 ANEXOS:

11.1 Descrição do Banco de Dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB):

O Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) é fruto do trabalho da pesquisadora Rachel Meneguello (CESOP e IFCH/UNICAMP) e colaboradores. Trata-se de uma pesquisa pós-eleitoral, nos moldes da *Comparative Study of Electoral Systems*, da University of Michigan. Suas duas edições existentes foram utilizadas nesse trabalho e serão descritas brevemente abaixo:

A) ESEB 2002:

Seus resultados foram descritos na revista *Opinião Pública*, vol X, no. 2, outubro de 2004. Segundo a nota do editor dessa edição,

“O ESEB 2002 foi a primeira pesquisa pós-eleitoral de natureza acadêmica realizada no país, e como tal, priorizou em seu questionário um conjunto considerável de temas sobre comportamento eleitoral e político. Em parte, esta pesquisa dá continuidade aos estudos de cultura política que marcam o conhecimento teórico e metodológico nessa área desde as décadas de 1970 e 1980, desenvolvidos por centros de pesquisa científicos como o IDESP, o IUPERJ e outros. (...)”

Em maio de 2002 foi realizado em Niterói, RJ, um amplo seminário para elaboração do questionário a ser aplicado, no qual participaram 20 pesquisadores e professores associados a centros e universidades do país e do exterior.”

FICHA TÉCNICA⁶⁸:

Universo: população brasileira

Tamanho da amostra: 2.513 casos

A amostra do ESEB representa a população brasileira maior de 16 anos de idade.

As características do plano amostral são:

- Probabilística sem substituição;

⁶⁸ Fonte: *Opinião Pública*, vol X, no. 2, outubro de 2004.

- Três (3) estágios de seleção:

Município (Unidade Primária de Amostragem), Setor censitário (Unidade Secundária de Amostragem) e Domicílio (Unidade Terciária de Amostragem)⁶⁹.

Para o sorteio dos municípios foram consideradas a divisão político-administrativa das regiões do Brasil: Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul. Também foram consideradas as 27 capitais como auto-representativas.

Desse modo, o ESEB conta com 6 estratos geográficos: Região Norte; Região Centro-Oeste; Região Nordeste; Região Sudeste; Região Sul e As Capitais.

Margem de erro: 3 pontos percentuais

Intervalo confiança: 95%

Entrevistas domiciliares - data das entrevistas: período pós-eleitoral, entre 31 de outubro a 28 de dezembro de 2002.

Coordenação: Rachel Meneguello e Fernando Antônio Lourenço (CESOP e IFCH/UNICAMP) Alberto Almeida e Zairo Cheibub (FGV-Opinião)

Financiamento: CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior) e FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

Identificação no Banco de Dados do CESOP⁷⁰: **CESOP-FGV/BR02.MAI-01838.”**

B) ESEB 2006:

Seus resultados foram publicados no encarte *Tendências*, publicado na Revista *Opinião Pública*, Vol 13, no. 2, Novembro de 2007. Segundo o encarte, a coordenação foi de

⁶⁹ Ao contrário das demais unidades da federação, a amostra realizada no estado de São Paulo permite inferências específicas.

⁷⁰ <http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/apre.php>

Rachel Meneguello (CESOP/Unicamp) e a realização de Clifford Young e Alberto Almeida (IPSOS-Opinion/Brasil).

FICHA TÉCNICA⁷¹:

Universo: população brasileira acima de 16 anos idade.

Tamanho da amostra: 1000 entrevistas

Margem de erro: 3,2 pontos percentuais.

Ficha técnica de acordo com o encarte Tendências⁷²:

“A pesquisa ESEB2006 foi feita com uma amostra representativa nacional, realizada em 70 municípios, estratificada por Região Administrativa. Os municípios escolhidos para a amostra foram divididos em dois grupos:

1. os municípios grandes ou autorepresentativos estão na amostra devido a sua grande população; são compostos por praticamente todas as capitais dos estados. A amostra realizada dentro dos municípios auto-representativos é proporcional ao número de habitantes.
2. Os municípios menores sorteados através de amostra sistemática, com estratificação por Região Administrativa; cada município teve a probabilidade de ser sorteado proporcional a sua população.

Estágios da amostra:

- 1) Os municípios constituem o primeiro estágio da amostra.
- 2) O segundo estágio consiste no sorteio de setores censitários dentro dos municípios, tendo também probabilidade de serem sorteados proporcional à sua população.
- 3) Dentro dos setores foi realizada a amostra por cotas, definidas de acordo com perfil de Idade, Escolaridade e PEA cruzados por sexo, perfil este encontrado a partir da PNAD 2003.

A pesquisa tem representatividade nacional.”

Entrevistas domiciliares - data das entrevistas: período pós-eleitoral, entre 17 de dezembro a 27 de dezembro de 2006.

Coordenação: Rachel Meneguello (CESOP e IFCH/UNICAMP); realização: Clifford Young e Alberto Almeida (IPSOS-Opinion/Brasil).

⁷¹ Fonte: Encarte Tendências, In: Opinião Pública, vol XIII, no. 2, novembro de 2007.

⁷² Opinião Pública, vol XIII, no. 2, novembro de 2007.

Identificação no Banco de Dados do CESOP⁷³: IPSOS-CESOP/BRASIL06.02489.⁷⁴

11.2 Descrição das recodificações de variáveis para as regressões:

As variáveis posicionamento do PT no continuum esquerda – direita, posicionamento de Lula no continuum esquerda – direita e auto-posicionamento no continuum esquerda – direita também são fruto de uma recodificação: originalmente continham 11 categorias e essas categorias foram reagrupadas, de forma ordinal, em 3 categorias.

As variáveis de filiação a sindicato e a associação profissional foram recodificadas para sim (caso alguém no domicílio, inclusive o entrevistado, é filiado) ou não.

A variável Representação Partidária foi construída a partir do item do ESEB em que o entrevistado deveria apontar qual partido que lhe representa. Aqui, mais uma vez para facilitar a análise, foram criadas 4 categorias: o PT, partidos mais à esquerda (PDT, PTB, PSTU, PCB, PPS, PSB, PSOL, PC do B e PV), partidos mais à direita (PPB, PMDB, PL, PFL, PSDC, PSD, PSDB, PP, PRONA), e outros (não sabe, não respondeu e partidos não identificados).

11.3 Tabelas:

Tabela 5: Teste T de igualdade de médias das amostras relativas ao posicionamento esquerda – direita (PARTIDO1) e direita – esquerda (PARTIDO2) e Teste F de igualdade de variâncias das amostras relativas ao posicionamento esquerda – direita e direita – esquerda

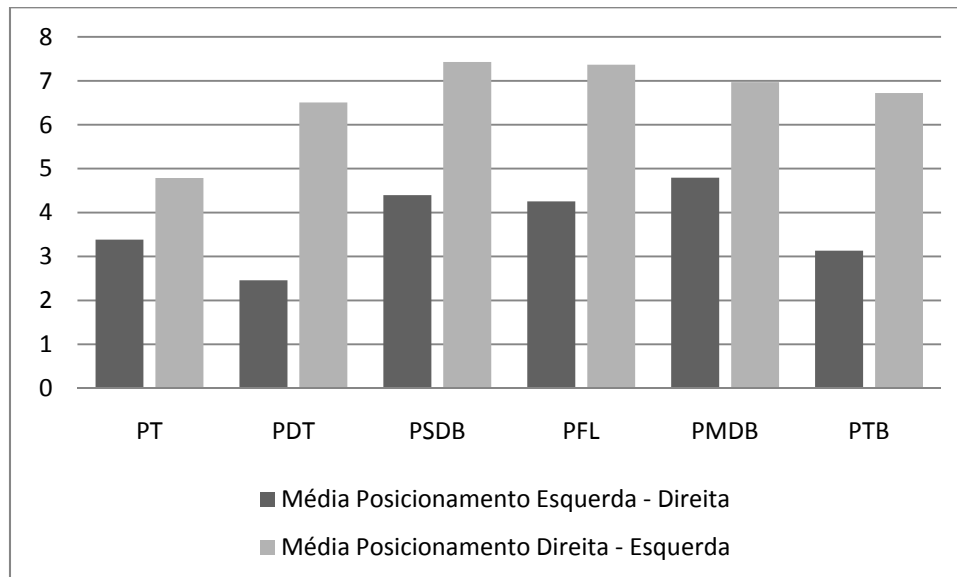
⁷³ <http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/apre.php>

⁷⁴ <http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/apre.php>

	Média	Erro-padrão	Variância	observações
P T1	4,1980	0,1132	0,0128	1000
P T2	4,1816	0,1237	0,0153	881
diferença	-0,0164			
variância	0,0055	Valores Críticos		
GL	1796	F	1,1100	Não rejeita a igualdade de variância
razão t	-2,9838	t	1,9600	Rejeita a igualdade de médias
	Média	Erro-padrão	Variância	observações
P DT1	3,8395	0,1048	0,0110	760
P DT2	4,9649	0,1182	0,0140	683
diferença	1,1254			
variância	0,0059	Valores Críticos		
GL	1370,829832	F	1,1100	Não rejeita a igualdade de variância
razão t	190,4987	t	1,9600	Rejeita a igualdade de médias
	Média	Erro-padrão	Variância	observações
P SDB1	6,0251	0,1060	0,0112	878
P SDB2	5,2497	0,1199	0,0144	765
diferença	-0,7754			
variância	0,0056	Valores Críticos		
GL	1538	F	1,1100	Não rejeita a igualdade de variância
razão t	-137,9956	t	1,9600	Rejeita a igualdade de médias
	Média	Erro-padrão	Variância	observações
P FL1	5,8950	0,1100	0,0121	867
P FL2	5,1003	0,1204	0,0145	758
diferença	-0,7948			
variância	0,0058	Valores Críticos		
GL	1545	F	1,1100	Não rejeita a igualdade de variância
razão t	-138,1522	t	1,9600	Rejeita a igualdade de médias
	Média	Erro-padrão	Variância	observações
P MDB1	6,2948	0,1012	0,0102	926
P MDB2	5,2047	0,1169	0,0137	806
diferença	-1,0901			
variância	0,0053	Valores Críticos		
GL	1603	F	1,1100	Não rejeita a igualdade de variância
razão t	-205,9362	t	1,9600	Rejeita a igualdade de médias
	Média	Erro-padrão	Variância	observações
P TB1	4,6503	0,1045	0,0109	795
P TB2	4,9649	0,1182	0,0140	683
diferença	0,3145			
variância	0,0058	Valores Críticos		
GL	1373,307711	F	1,1100	Não rejeita a igualdade de variância
razão t	53,7934	t	1,9600	Rejeita a igualdade de médias

11.4 Gráficos:

Gráfico 5: Comparação entre as médias de posicionamento esquerda – direita e direita – esquerda⁷⁵



⁷⁵ Essa última transformada em esquerda – direita.